



ANGELITA PEREIRA DOS SANTOS

**DISCURSO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
UMA ANÁLISE DE PROCESSOS ENUNCIATIVOS EM POSTS
DO INSTAGRAM**

**LAVRAS – MG
2026**

ANGELITA PEREIRA DOS SANTOS

**DISCURSO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA ANÁLISE DE
PROCESSOS ENUNCIATIVOS EM POSTS DO INSTAGRAM**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Língua, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador
Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano

**LAVRAS – MG
2026**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Santos, Angelita Pereira dos.

Discurso da violência contra as mulheres : uma análise de processos enunciativos
em posts do Instagram / Angelita Pereira dos Santos. - 2026.
91 p.

Orientador: Márcio Rogério de Oliveira Cano

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2026.
Bibliografia.

1. Sujeito. 2. Historicidade. 3. Discurso da violência contra as mulheres. I. Cano,
Márcio Rogério de Oliveira. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

ANGELITA PEREIRA DOS SANTOS

**DISCURSO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA ANÁLISE DE
PROCESSOS ENUNCIATIVOS EM POSTS DO INSTAGRAM**

**DISCOURSE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN: AN ANALYSIS OF ENUNCIATIVE
PROCESSES IN INSTAGRAM POSTS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Língua, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 30 de junho de 2026.

Dra. Luciana Soares da Silva UFLA

Dra. Zaira Bomfante dos Santos UFES

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO ROGERIO DE OLIVEIRA CANO**
Data: 09/10/2026 12:14:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientador
Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano

**LAVRAS – MG
2026**

Dedico às mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFLA, pela estrutura oferecida e pela oportunidade de realização do Mestrado.

Ao professor Márcio, pela orientação dedicada, pelo incentivo à participação em tantos eventos acadêmicos, por tantas vezes desfazer minhas dúvidas e, acima de tudo, por me acolher no meu processo de pesquisa, com paciência e apoio nos momentos mais difíceis.

À professora Luciana, pelo aceite de ler e avaliar esta pesquisa e pelas considerações tão valiosas.

À professora Záira, pelo aceite de ler e avaliar esta pesquisa e pelas considerações tão enriquecedoras.

Ao Grupo de Pesquisa de Leitura e Produção de Discursos (GPLPD), por momentos de partilha de conhecimento e pelas contribuições para o avanço dos estudos da Análise do Discurso.

Às amigadas construídas ao longo deste percurso de pesquisa.

E ao meu filho, Raul, que foi o primeiro a incentivar meu ingresso no curso de pós-graduação e que foi meu apoiador incondicional.

*“Para romper com a silenciosa paisagem
dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos
representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação
mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso
mais repetido.”*
(Mary Del Priore)

RESUMO

Na transição do sistema feudal para o capitalismo na Europa, bem como na estruturação da sociedade do Brasil colonial e imperial, percebe-se que a história das mulheres foi marcada por diversos tipos de violência. A vida dessas mulheres era regida pela imposição do sistema patriarcal, do Estado e da Igreja, que ditavam normas de comportamentos e controle do corpo. No cenário atual, ainda se observa que as mulheres enfrentam diferentes tipos de violência. Nesse sentido, a temática desta pesquisa é o discurso da violência contra as mulheres presente em mídia social, especificamente no Instagram. O objetivo geral é analisar o processo de constituição do discurso da violência contra as mulheres que trata das representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados produzidos em mídias sociais especificamente em postagens do Instagram. Já os nossos objetivos específicos são: (1) analisar o sujeito que emerge na enunciação do discurso da violência contra as mulheres e (2) estudar a historicidade que compõe os efeitos de sentido desse discurso. Em relação ao referencial teórico, nossa pesquisa se apoia nos estudos de Orlandi (2005), Courtine (2009) e Pêcheux (1995) acerca da Análise do Discurso, para compreender as noções de sujeito, condições sócio-históricas de produção do discurso e sua relação com os enunciados para efeitos de sentido e historicidade. Além disso, dialoga com os estudos da área de Ciências Humanas: Federici (2023), Del Priore (2014; 2023), Lélia Gonzalez (2020), Gramsci (2024), Spivak (2010), (Bourdieu (2012), entre outros. A metodologia aborda as contribuições teórico-metodológicas próprias da Análise do Discurso, das quais utilizamos as categorias de sujeito e historicidade para a análise do nosso *corpus*. As análises apontam que os enunciados evocam diferentes sujeitos e historicidade em um discurso da violência contra as mulheres quando se trata das representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados.

Palavras-chave: sujeito; historicidade; discurso da violência contra as mulheres.

ABSTRACT

During the transition from the feudal system to capitalism in Europe, as well as in the structuring of society in colonial and imperial Brazil, it is evident that women's history was marked by various types of violence. These women's lives were governed by the imposition of the patriarchal system, the state, and the Church, which dictated norms of behavior and control over the body. In the current context, women still face various forms of violence. In this regard, the focus of this research is the discourse of violence against women present on social media, specifically on Instagram. The general objective is to analyze the process by which the discourse on violence against women is constructed, examining the representations of the work of subalternized and privileged groups produced on social media, specifically in Instagram posts. Our specific objectives are: (1) to analyze the subject that emerges in the enunciation of the discourse on violence against women and (2) to study the historicity that shapes the effects of meaning in this discourse. Regarding the theoretical framework, our research draws on the studies by Orlandi (2005), Courtine (2009), and Pêcheux (1995) on Discourse Analysis to understand the notions of the subject, the socio-historical conditions of discourse production, and their relationship with utterances in terms of meaning and historicity. Furthermore, it engages with studies in the Humanities: Federici (2023), Del Priore (2014; 2020), Lélia Gonzalez (2020), Gramsci (2024), Spivak (2010), Bourdieu (2012), among others. The methodology draws on the theoretical and methodological contributions specific to Discourse Analysis, from which we utilize the categories of subject and historicity to analyze our corpus. The analyses indicate that the statements evoke different subjects and historicity in a discourse of violence against women when it comes to representations of the labor of subalternized and privileged groups.

Keywords: subject; historicity; discourse of violence against women.

INDICADORES DE IMPACTO

O estudo “Discurso da violência contra as mulheres: uma análise de processos enunciativos em posts do Instagram” apresenta impactos sociais, culturais e educacionais em potencial, ao investigar a produção e circulação do discurso da violência contra as mulheres em situações em que elas estão exercendo suas funções de trabalho e sua disseminação em mídias sociais. As reflexões decorrentes deste trabalho podem subsidiar entendimentos e perspectivas sobre os processos sócio-históricos e discursivos que contribuem para uma contextualização histórica e ampliam a discussão para redução e combate do discurso da violência contra as mulheres. Este trabalho não possui caráter extensionista diretamente, embora as discussões podem fundamentar a elaboração de cartilhas e materiais educativos que promovam a discussão sobre a temática voltado a estudantes da educação básica. Ademais, as discussões alinham-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações Unidas (ONU), destacando-se o ODS 4 (Educação de Qualidade), e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), uma vez que contribui para promover a análise do discurso que visa compreender os efeitos de sentido que se vincula ao discurso da violência contra as mulheres e abranger as discussões para redução das desigualdades.

IMPACT INDICATORS

The study “Discourse of violence against women: an analysis of enunciative processes in Instagram posts” presents potential social, cultural, and educational impacts by investigating the production and circulation of the discourse of violence against women in situations where they are exercising their work functions, as well as its dissemination on social media. The reflections resulting from this work can support understandings and perspectives on socio-historical and discursive processes, which contribute to a historical contextualization and broaden the discussion toward reducing and combating the discourse of violence against women. This work does not have a direct extension character, although the discussions can ground the development of booklets and educational materials that promote discussion on the theme aimed at primary and secondary education students. Furthermore, the discussions align with the United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs), highlighting SDG 4 (Quality Education) and SDG 10 (Reduced Inequalities), as it contributes to promoting discourse analysis that aims to understand the effects of meaning linked to the discourse of violence against women and encompass discussions for reducing inequalities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 6.1 - A patroa e a babá.....	62
Figura 6.2 - Marmita da faxineira.....	72
Figura 6.3 - A jornalista.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 – Números de usuários por mídias sociais no Brasil em 2025	59
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 5.1 – Coleta inicial do corpus	60
---	----

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEL	Departamento de Estudos da Linguagem
EUA	Estados Unidos da América
GPLD	Grupo de Pesquisa de Leitura e Produção de Discursos
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Letras
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1	Panorama histórico da Análise do Discurso	25
2.2	Concepção de sujeito.....	26
2.3	Condições sócio-históricas de produção	31
2.4	Trajetória da história das mulheres	34
2.4.1	Trajetória da história das mulheres na Europa (séculos XVI e XVII.....	34
2.4.2	Trajetória da história das mulheres no Brasil.....	38
2.4.3	Do movimento feminista	42
2.4.4	Da realidade sócio-histórica à historicidade	46
2.4.5	Da “empregada doméstica”	48
3	DA SUBALTERNIDADE.....	51
3.1	Do conceito de subalterno.....	51
4	DISCURSO DA VIOLÊNCIA	54
4.1	Definições	54
4.2	Violência simbólica.....	55
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
5.1	Delineando a pesquisa.....	57
5.2	Constituição do <i>corpus</i>.....	58
6	ANÁLISE E DISCUSSÃO	63
6.1	Autoridade e afetividade? O discurso nas relações do trabalho doméstico....	63
6.2	Hierarquia e cuidado? Ainda sobre o discurso nas relações do trabalho doméstico.....	72
6.3	Você é mulher? sobre o discurso nas relações do trabalho midiático.....	81
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o discurso da violência contra as mulheres. Por ser mulher. Por diversas vezes, querer saber mais da história das mulheres. Por lutar por transformações que condizem com às experiências femininas. Por vibrar com muitas conquistas de mulheres que contribuem para melhorar o entendimento entre as pessoas. Por me encantar com a ousadia e relevância de tantos trabalhos que fazem significar o mundo pelas lentes do olhar feminino. Mas também por tantas inquietações. Por ver, sentir e não acreditar nos desafios enfrentados. E, acima de tudo, por me espantar ou presenciar a violência que muitas mulheres sofrem. Entre esses e outros motivos, a abordagem desse tema foi o impulsionador e o grande motivador.

Antes de tudo, para vislumbrar parte da história das mulheres, escolhemos um recorte temporal que contribui, de certa forma, para compreender as condições de trabalho das mulheres hoje. Para tanto, recuperamos parte da história das mulheres na Europa, nos séculos XVI e XVII, enfatizando a transição do feudalismo para o capitalismo. Discorreremos, também, sobre a história das mulheres na sociedade colonial, imperial até nossos dias no Brasil.

Entre tantos eventos ocorridos nos séculos XVI e XVII na Europa, o contexto histórico, no qual a história das mulheres ganha destaque nesta pesquisa, se deve ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo em que as mulheres passaram por reestruturações sociais e econômicas, disciplinamento e sujeição de seus corpos para manter a força de trabalho (Federici, 2023).

Sobre a história das mulheres no Brasil, que foi submetida à herança da tradição portuguesa, a sociedade brasileira colonial reforçou as funções da família que constituía na figura do homem que cuidava dos negócios, da mulher enclausurada, dos filhos, dos escravizados, empregados e agregados. O homem estabelecido na figura de chefe possuía autoridade sobre todos do núcleo familiar. Dessa maneira, era constituído o patriarcalismo em terras posteriormente chamadas brasileiras. A estrutura familiar começou a ser formada por aqui pelos homens europeus com as mulheres indígenas, uma vez que eram em número insuficiente para formar família com as mulheres daquele continente. O homem português era o chefe da família (Del Priore, 2020).

A constituição familiar e os papéis exercidos pelos povos autóctones constituíam ao homem o papel de cuidar da guerra, da caça, da pesca, da liderança tribal, da construção da aldeia, de canoas e armas. Às mulheres cabiam o papel das tarefas dentro das comunidades indígenas, como o plantio, a colheita e preparo dos alimentos, limpeza e organização das ocas, a fabricação de utensílios domésticos e adornos e, segundo a historiadora Del Priore (2020),

não há relatos de mulheres que chefiavam suas tribos, mulheres caciques. Portanto, não é de se estranhar que a união de homens europeus e mulheres indígenas continuasse a vigorar o modelo patriarcal.

Para as mulheres de origem africana, também era predominante a constituição familiar pelo patriarcado, as mulheres suportavam castigo e dor infligidos pelos seus maridos. Apesar de a população de homens ser acentuadamente menor por conta do tráfico, ainda assim os homens mais velhos detinham o poder sobre as mulheres. Quando foram trazidas à força para o Brasil para serem escravizadas, não foi diferente, continuaram sujeitas a obedecer aos homens. Aqui, os casamentos realizados entre os afrodescendentes faziam crescer o número de escravizados e bens dos senhores, sendo o casamento que os senhores apoiavam (Pinsky; Pedro, 2012).

A autoridade do homem patriarca justificava atos de violência, uso da força e definição do estilo de vida de filhas e esposas, dessa maneira configurando um sentimento de posse sobre o corpo feminino que influencia, ainda hoje, nossa sociedade. Atrelado a isso, a legislação no período colonial permitia que homens assassinassem suas esposas à menor suposição de traição, em nome da honra e dos bons costumes. Além disso outras penas eram empregadas, como o enclausuramento e forçados encaminhamentos à vida religiosa.

Os conflitos, às vezes violentos, não significavam que as mulheres se mantivessem passivas. Há relatos de que relações conjugais se desfizeram por ciúmes, registro de queixas ao juiz eclesiástico e muitas separações (Del Priore, 2014).

Durante o período imperial, as mulheres ainda eram mantidas reclusas dentro de casa, primeiro sob o poder dos pais, depois dos maridos. O modo de viver, agir e se relacionar era ditado pelas leis do Estado e da Igreja. Um controle sobre a virgindade e uma forte repressão acerca da sexualidade eram exercidos sobre as mulheres, justificados pela superioridade do homem (Del Priore, 2014).

Contemporaneamente, as questões sobre a maternidade foram ditadas pelos médicos que estabeleciam regras para o corpo feminino. No século XXI, as mulheres não sofrem mais com as determinações do marido, do padre ou do médico; agora o que rodeia as mulheres é o discurso jornalístico e publicitário (Del Priore, 2014).

Consideramos importante ilustrar o exposto e, para isso, mobilizamos dois exemplos em que o discurso jornalístico exerce papel determinante para a culpabilização da vítima, no caso de violência contra as mulheres: o caso do assassinato de Ângela Diniz e o assassinato de Eloá.

Ângela Diniz nasceu em Curvelo, Minas Gerais, em 1944, filha de uma costureira e um dentista. Casou-se aos 17 anos e teve três filhos. Com 10 anos de casamento, pediu a separação,

já que na época não havia divórcio. Após a separação, conheceu Doca Street, seu parceiro que a assassinou em 1976, a tiros na Praia dos Ossos, localizada no estado do Rio de Janeiro. O caso Ângela Diniz repercutiu amplamente na mídia brasileira, ela “foi (re)vitimizada [...] ao ser simbolicamente assassinada em discursos que naturalizavam e romantizavam seu assassinato, contribuindo para a perpetuação dos papéis de gênero que favorecem o agravamento das diversas violências contra as mulheres” (Lanza; Cestari, 2026, p. 2).

Outro caso emblemático que teve grande repercussão na mídia televisiva brasileira foi o caso Eloá Cristina, que se refere ao sequestro e assassinato de Eloá Cristina Pimentel. Eloá e outras colegas foram mantidas em cárcere privado entre os dias 13 e 17 de outubro de 2008, em Santo André, São Paulo. O autor do assassinato de Eloá Cristina foi seu ex-namorado, Lindemberg Alves. “A mídia, na época, traz o discurso [da violência contra a mulher] justificando o crime em decorrência de um sentimento extremo, como o ciúme ou amor, o veículo de informação, bem como o jornalista, deposita a culpa do crime na própria vítima” (Linhares, 2023, p. 77).

Vemos inúmeros casos de violência contra as mulheres, mas, como dissemos, há resistência. Haja vista os movimentos feministas que surgem na segunda metade do século XX, os quais lutam pela possibilidade política de transformação das relações entre homens e mulheres, na certeza de que estas não estão inscritas na natureza (Hirata *et al.*, 2009). Isso, sem contar a história de muitas mulheres que lutaram e resistiram à opressão masculina e que tiveram suas histórias apagadas. Para discorrer sobre as ondas do feminismo, dedicamos uma seção específica para abordar o assunto, dada a importância da questão.

Assim, a sociedade no Brasil foi estruturada no modelo patriarcal ocidental, em que o domínio e o comando dos homens abrangiam cada aspecto da vida das mulheres. Marcadamente no período colonial e imperial, elas eram muitas vezes exploradas e oprimidas, não podiam decidir sobre suas rotinas diárias, relegadas ao plano privado, viviam primeiro sob o teto dos pais, depois na mesma casa dos maridos que não escolheram. O exercício das dimensões da vida fora dos domínios domésticos¹ era dispensado aos homens. Portanto, estudar, exercer uma profissão, ter momentos de lazer, a liberdade de ir e vir eram dimensões da vida que as mulheres eram impedidas de exercer.

De fato, as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam hoje, ao completar um quarto do século XXI, reverberações dessa sociedade patriarcal ocidental que não difere em muitos

¹ Optamos pela utilização do termo doméstico por se tratar de uma referência histórica para designar o exercício da vida fora de casa, tal qual como visto em Priore (2014).

aspectos da estrutura do passado. Diariamente, são noticiados atos de violência contra as mulheres acometidas por homens. As violências praticadas compreendem diversas formas: física, sexual, psicológica, patrimonial, social, entre outras, e apresentam altos índices de letalidade, conforme o Atlas da Violência 2025². Somente no Brasil, conforme o Atlas da Violência 2025, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os registros apontam que 3.903 mulheres foram vítimas de homicídio somente em 2023. Ou seja, uma média de 10 homicídios femininos diários.

Observamos, para além disso, a construção da imagem da mulher baseada em estereótipos que evocam violência em diferentes espaços que ela ocupa, seja em casa, no trabalho, na escola, na política etc. Reiteradamente, quando as impressões desses estereótipos são evocadas, percebemos o discurso da violência contra as mulheres (Del Priore, 2014). Isso não difere nos espaços digitais, nos quais, nesta pesquisa, buscamos analisar os enunciados que circulam em postagens de mídias sociais, que entre as diversas mídias sociais escolhemos para esta pesquisa o Instagram. Assim sendo, atribuímos essa construção a uma historicidade dada em referência ao patriarcalismo marcadamente presente nesta parte do globo conhecida como Ocidente.

Nesse sentido, o estudo sobre a violência contra as mulheres tem sido tema em diversas áreas do conhecimento, vejamos alguns exemplos: Ciências da Saúde: A violência doméstica contra a mulher na saúde coletiva: uma revisão narrativa (2024), dissertação de Aline Lima de Souza; Ciências Humanas: “[...] eu quebrei a pau, chutei, arroxeei os dois olhos, eu gostava tanto dela, não era pra ter feito aquilo comigo”: narrativas de réus julgados por violência doméstica na comarca de Pelotas-RS (2011-2018) (2018), dissertação de Elisiane Medeiros Chaves; Ciências Sociais: A violência contra a mulher na redação do ENEM 2015: Quem feriu os direitos humanos? (2021), dissertação de Thaiana Rodrigues da Silva, entre outras. Além disso, há muito debate, discussão, planejamento de políticas públicas e engajamento da sociedade civil. Apesar dos avanços conquistados, após lutas e enfrentamentos, percebemos muito preconceito e desigualdade de gênero em diferentes esferas sociais.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica por três dimensões: social, pessoal e científica. Em relação à dimensão científica, elencamos dois pontos. O primeiro ponto se relaciona em se posicionar com mulher pesquisadora e estar, de certa forma, sujeita às inquietações que se

² [Relatório institucional](#) lançado anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre os dados da violência no Brasil, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

referem a esse gênero, ou seja, com as questões de desigualdade de gênero e todo e qualquer tipo de violência praticada contra as mulheres, contra nós. É importante haver esse questionamento a partir de vários lugares. A sindicalista, a participante de uma organização não governamental, de uma associação de bairros, da participante do grupo de mães, o grupo de trabalhadoras, especificamente no nosso caso, traremos esse olhar a partir de um rigor científico dado essa temática. O segundo diz respeito aos processos linguístico-discursivos que perpetuam o discurso da violência contra as mulheres e que, de alguma forma, disseminam o estabelecimento e manutenção das desigualdades de gêneros (Gonzalez, 2020). E, ainda na dimensão científica, investigar como se constitui o discurso da violência contra as mulheres poderá revelar o quanto as condições sócio-históricas permeiam os discursos impregnados de indiferença vistos equivocadamente como algo natural.

Justifica-se, ainda, na dimensão pessoal, por compreender um espaço de aprofundamento e ampliação, pois o trabalho com a temática de violência contra as mulheres teve início durante a graduação em Letras, concluída em 2010, bem como no trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em “Ensino de Língua Portuguesa e Literatura”, finalizado no ano de 2022. Durante o percurso da graduação, tivemos a oportunidade de discutir sobre as contribuições da Análise do Discurso para o ensino de língua portuguesa (Mari, 2000). À vista disso, o trabalho de conclusão de curso constituiu-se numa sequência didática de atividades com enunciados reveladores do discurso machista e discurso feminista. O objetivo desse trabalho foi possibilitar a estudantes de ensino médio o exercício de habilidades para o desenvolvimento da leitura de mundo aliada a um potencial de consciência discursiva, sob a perspectiva da Análise do Discurso, apoiados nas pesquisadoras Beltrão (2005; 2009); Carvalho (2010); Corado (2009). Foram propostas, além de outras questões, a análise do conto “A moça tecelã”, de Marian Colasanti.

Já no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, sob outra perspectiva, também pesquisamos sobre a temática do discurso de violência contra a mulher, agora presente na literatura. Foi realizada uma análise do conto “A língua do “P””, de Clarice Lispector (2020). A escolha desse texto literário se deu pela representatividade de autoria feminina, na qual a personagem mulher sofre violência e opressão masculina, para além das evidências presentes no conto em relação à desigualdade de gênero. O objetivo principal desse trabalho foi analisar o discurso utilizado no plano ficcional para a construção da violência contra a mulher e a desigualdade de gênero, respaldado principalmente na obra *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*, de Elódia Xavier (2021), nas postulações de Guacira Lopes Louro (1997; 2018) presentes nos livros *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* e *Gênero, sexualidade e educação: uma*

perspectiva pós-estruturalista e, ainda, nas postulações de Marta Peixoto (2004) que integram o livro *Ficções apaixonadas: gênero, narrativa e violência* em Clarice Lispector.

Quanto à dimensão social, realizar uma pesquisa que revele os diversos tipos de violência perpetrados contra as mulheres manifestados em enunciados veiculados nas mídias sociais, com ênfase na análise do discurso, contribuirá nos estudos dos discursos que envolvem linguagem e sociedade e que apontem nortes para apreensão e produção de sentido e, assim, buscar uma melhor compreensão do funcionamento da linguagem em suas práticas sociais.

Além disso, a pesquisa insere-se nos estudos sobre questões do discurso da violência realizados no Grupo de Pesquisa de Leitura e Produção de Discursos (GPLPD/CNPq), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras.

No contexto de uma sociedade historicamente marcada pelo patriarcalismo, torna-se necessário problematizar os avanços alcançados pelas mulheres em sua longa trajetória de lutas e conquistas. Observamos, na atualidade, que as mulheres ocupam diversos espaços sociais, acadêmicos e profissionais, assumindo papéis de destaque e promovendo debates relevantes sobre suas condições e direitos.

Entretanto, ao se analisarem os discursos e as práticas que sustentam essa defesa da mulher, percebemos que, frequentemente, tais perspectivas não contemplam de forma isenta todas as categorias de trabalhadoras. As narrativas predominantes tendem a representar, majoritariamente, mulheres inseridas em contextos empresariais ou de classe média, deixando à margem aquelas que exercem funções consideradas socialmente menos prestigiadas.

Dessa forma, evidencia-se uma lacuna dentro do discurso que envolve as mulheres, ensejando uma limitação dos discursos que representam as mulheres no mundo do trabalho. Surge, assim, a necessidade de refletir se esses discursos incorporam de fato as vozes de todas as mulheres ou se privilegiam apenas aquelas com maior acesso a espaços de fala e poder. Se de fato as mulheres de grupos privilegiados têm maior visibilidade, qual é a situação das mulheres situadas em contextos de maior vulnerabilidade social? Permanecem silenciadas e subalternizadas? Sem reconhecimento ou representatividade?

A partir dessas questões, levantamos o seguinte problema de pesquisa: como os processos enunciativos nas representações de trabalho de mulheres de grupos subalternizados e de grupos privilegiados nas mídias sociais, particularmente o Instagram, constroem ou diferenciam o discurso da violência contra as mulheres, considerando as diferenças de classe, raça e posição social entre esses grupos?

Dito isso, ressaltamos que nosso enfoque não é o discurso das relações de trabalho de mulheres de grupos subalternizados e grupos privilegiados, levando em consideração que a

constituição do *corpus* revisita enunciados que evocam esse tipo de discurso, e sim o discurso da violência contra as mulheres em enunciados provenientes das mídias sociais, sendo que nosso enfoque são postagens publicadas no Instagram, que suscitam que diferentes sujeitos emergem quando se trata das representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados.

Dada a temática e as justificativas, o nosso objetivo geral é analisar o processo de constituição do discurso da violência contra as mulheres nas representações de mundo do trabalho em enunciados produzidos em mídias sociais, especificamente de postagens do Instagram. Já para os objetivos específicos, elaboramos os seguintes: (1) analisar o sujeito que emerge na enunciação do discurso da violência contra as mulheres e (2) estudar a historicidade que compõe os efeitos de sentido desse discurso.

Em relação ao referencial teórico, nossa pesquisa se apoia nos estudos de Orlandi (2005), Courtine (2009) e Pêcheux (1995) acerca da Análise do Discurso. Em vista disso, e levando em consideração a constituição do *corpus*, optamos pelas seguintes categorias de análise: sujeito e historicidade. Na categoria de análise de sujeito, examinaremos o modo como este é constituído no discurso. Mobilizamos, também, a categoria historicidade, não apenas para fazermos emergir um texto atravessado pela história, mas sim para compreendê-lo como objeto de discurso que se materializa em relação com a exterioridade e que é significativo para os efeitos de sentido dos discursos produzidos.

Assim, a partir do estudo da história das mulheres, teremos a possibilidade de examinar como os sujeitos são constituídos, como organizam seus dizeres e o porquê desses dizeres, correlacionando aos dias atuais (Courtine, 2009).

Esta pesquisa está organizada em seis seções: a primeira é a introdução. Na segunda seção, são revisitadas as noções de sujeito. Assim, estes conceitos são contemplados a fim de contribuir teórico-metodologicamente com a análise do nosso *corpus*. Primeiramente, discorreremos sobre o panorama histórico da Análise do Discurso (AD). Em seguida, abordamos a contribuição da noção de sujeito que, também, utilizamos como categoria de análise para nossa pesquisa. Buscamos compreender a questão do sujeito e as questões inerentes a ele que se configuram na AD.

Ainda na segunda seção, tratamos das condições sócio-históricas de produção do discurso, da historicidade e dos aspectos da identidade das mulheres na Europa (séculos XVI e XVII) e no Brasil colonial e imperial, conforme contribuições de Mary Del Priore (2014; 2020); Silvia Federici (2023); Guacira Lopes Louro (2018); Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (2012). Tratamos, também, das ondas dos movimentos feministas, conforme Zirbel

(2021), e das considerações sobre a empregada doméstica por Gonzalez (2020). Essa trajetória pela história das mulheres e por aspectos da vida social, política e econômica é fundamental devido ao caráter interdisciplinar da AD, resultado da convergência de outras disciplinas, tais como a psicologia, a filosofia, a sociologia etc., e da hibridação do movimento científico (Maingueneau, 2015). Assim, associando as relações sociais às condições de produção do discurso, podemos perceber os efeitos de sentido, também, imprescindíveis dentro da AD.

Na terceira seção, exploramos a noção de grupos subalternizados sob a perspectiva de Gramsci (2024) e Spivak (2010).

Quanto ao discurso da violência, exploramos na quarta seção a tese *A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico*, que nos possibilita investigar como se manifesta no discurso da violência e suas formações discursivas por meio de uma elaboração teórico-metodológica, além da distinção de atos de violência e estados de violência. Compreendendo aqui que o discurso da violência é uma formação discursiva que fica no limiar da sociedade e que Cano (2012), à luz das postulações de Dominique Maingueneau, discorre sobre o conceito de atopia, no qual se insere o discurso da violência. Discorreremos sobre violência simbólica a partir dos conceitos de Bourdieu (2012).

Na quinta seção, tratamos dos procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa. Pontuamos que a abordagem metodológica para o desenvolvimento deste estudo baseia-se no método de pesquisa qualitativa e na análise do sujeito e da historicidade, categorias de análise específicas dos pressupostos da Análise do Discurso (AD).

Na última seção, desenvolvemos a análise do *corpus* a partir dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso percorridos na seção anterior.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, primeiramente, discorreremos sobre a trajetória histórica da Análise do Discurso (AD). Em seguida, abordamos a contribuição da noção de sujeito que, também, utilizamos como categoria de análise para nossa pesquisa, a fim de contribuir teórico-metodologicamente com a análise do nosso *corpus*. Após, buscamos contemplar as noções das condições de produção do discurso que dá importância ao processo sócio-histórico e cultural no qual foi moldado. Tratamos das condições de produção do discurso para que nossa análise não incorra numa problemática de análise do discurso que trata somente das condições de produção imediata, assim, conferindo um esvaziamento da análise. Dedicamos, portanto, à discussão das contribuições teóricas de Orlandi (2005) e Courtine (2009) para compreendermos o discurso da violência contra as mulheres e identificarmos os efeitos de sentido que retomam enunciados anteriores. Por fim, percorremos a trajetória da história das mulheres, no recorte da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa e no Brasil colonial e imperial. A história das mulheres nos permite vislumbrar a relação com a historicidade, significativa para os efeitos de sentido dos discursos produzidos contemporaneamente.

2.1 Panorama histórico da Análise do Discurso

Podemos apontar de imediato que a Análise do Discurso (AD), da qual tratamos nesta pesquisa, teve seus primórdios na França da década de 1960. Há de se ressaltar que a AD se beneficiou expressamente dos estudos procedentes da filosofia e da linguística. Entretanto, segundo Maingueneau (2015), ao tratarmos da AD, é difícil apontar um pensamento ou autor fundador para traçar os contornos desse estudo. É incontestável que alguns autores, tais como o pensador francês Michel Foucault, e o filósofo russo Mikhail Bakhtin, contribuíram para esse campo do saber, mas a atual AD não se configura no mesmo recorte de estudos desses pensadores.

Maingueneau (2015), ao refazer o percurso histórico da AD, nos informa que o termo “análise do discurso” foi uma contribuição do linguista Zellig Sabbetai Harris, sendo que discurso se referia a uma unidade linguística formada de frases ou de um texto e a análise era realizada no sentido de decomposição do texto aos elementos de palavras e pronomes. Dessa forma, se aproxima do estruturalismo.

Contemporaneamente, nos anos de 1960, nestes três países: França, Inglaterra e Estados Unidos, a análise do discurso se vê como uma problemática e ganha espaço para pesquisa em

contornos mundiais, principalmente com o pós-estruturalismo. As contribuições para o estudo tiveram várias correntes: etnografia da comunicação, teoria sociológica, análise conversacional, rituais de interação na vida cotidiana, entre outras. Posteriormente, contribuições das teorias pós-estruturalistas, tal como a das ciências políticas. Nessa mesma década, ao mesmo tempo que a análise do discurso se desenvolvia, também a linguística textual, que para os analistas apresenta elementos caros para compreensão da estrutura dos textos (Maingueneau, 2015).

Já na França, o campo de pesquisa dedicado à análise do discurso compreendeu uma vertente teórico-metodológica específica. O ano de 1969 foi especial para a reflexão da AD com a publicação da revista de *Languages*, do livro *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, e do livro *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault. Das contribuições desses dois autores, principalmente nos estudos do discurso político, vemos atualmente o que denominamos de teoria do discurso. Com as pesquisas de Patrick Charaudeau (mídias), Sophie Moirand (discurso científico e imprensa) e Dominique Maingueneau (discurso religioso e discurso literário), vemos que “todas essas pesquisas atribuem um papel central à noção de gêneros do discurso e se apoiam maciçamente sobre as teorias da enunciação linguística, que fornecem um quadro metodológico comum” (Maingueneau, 2015, p. 21).

Nesta pesquisa, entre as vertentes que se formaram na Análise do Discurso, trabalhamos a partir da abordagem teórico-metodológica de origem francesa, entre eles Pêcheux (1995) e Courtine (2009), que, a partir da confluência das Ciências Humanas, Ciências Sociais e Linguística, avança em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas; por conseguinte, alcançar um novo objeto, que é o discurso (Orlandi, 2005).

2.2 Concepção de sujeito

Pêcheux (1995) discorre sobre o termo ideologia para entender a noção de sujeito ao tratar das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção. O autor explicita os fundamentos de uma teoria materialista do discurso. Nesse sentido, o autor considera que é necessário especificar alguns pontos acerca da teoria da ideologia. O primeiro deles é o destaque dado à expressão “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” como não sendo o único elemento na área da ideologia que opera a reprodução/transformação das relações de produção numa formação social. O outro ponto diz respeito ao arranjo “reprodução/transformação”, o qual designa o modo de produção que se baseia na divisão de classes, cujo princípio é a luta de classes. Pêcheux (1995), apoiado em Louis Althusser, diz que a luta de classes passa pelos aparelhos ideológicos de Estado.

Para Orlandi (2005), é fundamental e importante considerar que, em relação ao sujeito e à ideologia, o processo de interpretação e sentido estão imbricados, isto é, para haver sentido, deverá haver a interpretação. Isso necessariamente implica em ideologia. Dessa maneira, a linguista assevera que a condição para a constituição dos sentidos e sujeitos é a ideologia. Se o sujeito é interpelado pela ideologia, como afirma mais adiante Pêcheux, isso evidencia que já somos sempre sujeitos. Por outro lado, “o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia” (Orlandi, 2005, p. 46). Para oferecer força e clareza a isso, ela afirma que

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados [...] (Orlandi, 2005, p. 47).

De volta a Pêcheux (1995), ao adotar o termo *aparelho ideológico de Estado* destaca que ideologia não é uma forma geral imposta de forma homogênea à sociedade; não é a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante, dito de outro modo, cada classe não vive suas próprias ideologias; os aparelhos ideológicos de Estado são o lugar e o meio de realização da ideologia da classe dominante e, ainda, os aparelhos ideológicos de Estado constituem o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.

Dito isso, o autor afirma nas suas postulações referentes às condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, que elas são constituídas em um momento histórico dado, para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado. Pêcheux (1995) estabelece por complexo a relação de contradição-desigualdade-subordinação entre seus elementos [aparelhos ideológicos de Estado]. O filósofo diz, ainda, ao afirmar que a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas em sua materialidade concreta, estas possuem um caráter regional e comportam posições de classe ao mesmo tempo. E, que a cena da luta ideológica de classes é constituída pelas relações de desigualdade-subordinação e o desmembramento das regiões “Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.” (Pêcheux, 1995, p. 146).

Pêcheux (1995) ao discorrer sobre o ‘Efeito Münchhausen’, retoma aspectos do termo “ideologia em geral”, em outras palavras, o que ela não é: não se dá pelos aparelhos ideológicos de Estado, não coincide com as formações ideológicas, não é ideologia dominante, não tem história. Contudo, o referido termo designa o fato de que as relações de produção são relações entre homens, este “homem” pensado como “animal ideológico”, enquanto parte da natureza. No processo de ser natural e humano, o filósofo diz que a ideologia é eterna, aludindo à citação

de Freud: “o inconsciente é eterno”. Quanto à articulação conceitual, ideológica e consciente, Pêcheux (1995) declara que o caráter de sua estrutura-funcionamento é o de dissimular a própria existência do sujeito, produzindo evidências subjetivas, nas quais constituem o sujeito.

Compreendido o sujeito como origem e causa de si, é que, na perspectiva do autor, surge a necessidade de uma teoria materialista do discurso, aproximando-se de Althusser no que diz respeito à evidência do sentido. Dessa forma, o filósofo determina a relação da constituição do sentido à constituição do sujeito, na figura da interpelação. Essa figura tem o mérito de tornar tangível o vínculo superestrutural entre o aparelho repressivo de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado, o mérito de mostrar que esse vínculo “é observado nos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (Pêcheux, 1995, p. 154). Outro mérito é o de designar o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência pela formulação “indivíduo/sujeito”.

Pêcheux (1995) explicita sobre a noção de pré-construído e seu efeito, que consiste na discrepância em que um elemento irrompe um enunciado como se tivesse sido pensado antes, discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito, ao mesmo tempo que é sempre-já sujeito. Quanto ao indivíduo ser interpelado em sujeito, o filósofo nomeia de efeito Münchhausen, ou seja, coloca o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso.

Pêcheux (1995) define o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados como sendo as evidências fornecidas pela ideologia, indicando o que é e o que deve ser para o sujeito, sob a transparência da linguagem. O autor explica que o caráter material do sentido consiste na dependência do que ele chama “o todo complexo das formações ideológicas” por meio de duas teses. A primeira tese consiste em colocar o sentido de uma palavra, de uma expressão que não existe em si mesma, mas é determinado pelas posições ideológicas no processo sócio-histórico no qual as palavras e expressões são produzidas/reproduzidas, levando em conta que posições fazem referência às formações ideológicas. Ainda, nessa primeira tese, o autor chama de formação discursiva aquilo que, a partir de uma posição e uma conjuntura dadas, é determinado pelo estado da luta de classes, assim, estabelece o que pode e deve ser dito.

A segunda tese consiste em dizer que toda formação discursiva dissimula sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” nas formações discursivas. Ao “todo complexo com dominante”, Pêcheux (1995) chama de interdiscurso, isto é, cada sujeito percebe sua realidade por significações aceitas, experimentadas.

Pêcheux (1995), quanto à forma-sujeito, explica que seu funcionamento “se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito” (Pêcheux, 1995, p.

163). O autor apoia-se em L. Althusser para discorrer sobre esse termo, que foi introduzido por este como sendo a forma de existência de cada indivíduo, agente de práticas sociais.

Pêcheux (1995) diz, também, que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva dominante, e a formação discursiva que constitui o interdiscurso determina a dominação da formação discursiva dominante, ou seja, tomar a forma-sujeito é considerar que há um “ponto de vista das ciências” e um “ponto de vista da ideologia”, por sua vez, todo ponto de vista é o ponto de vista de um sujeito. Em outras palavras, Orlandi (2005), em relação à formação discursiva com o discurso, explicita:

A. O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (Orlandi, 2005, p. 43).

Tudo isso só faz sentido se entendermos que o sujeito não pode ser tomado em seu aspecto designativo, mas implicado numa contradição. Uma representação do sujeito nos leva à perspectiva da liberdade e a outra à submissão, ambas correspondem à forma-sujeito histórica da sociedade atual. A primeira perspectiva revela o sujeito livre sem limites e a segunda, o sujeito submisso sem falhas. Justamente por essa razão, essa é a base do assujeitamento.

Além disso, a atividade verbal, assim como as condutas sociais, é regida por normas em que os sujeitos participantes e engajados na interação verbal se apropriam de um ou outro gênero do discurso que é da mesma forma estabelecido por normas, isto é, o discurso é inerentemente relacionado a um sujeito (Maingueneau, 2015).

Em vista disso, no âmbito do gênero do discurso, é importante enfatizar que, para Maingueneau (1997), “o sujeito ‘linguístico’ é aquele que interessa à linguística; para a AD, ele constitui um pressuposto, não o objeto de seu estudo” (Maingueneau, 1997, p. 34). Também não é escopo da AD o sujeito “genérico”, pois ele só é apresentado para evidenciar não o sujeito da enunciação, mas aquele sujeito que, a partir de um lugar enunciativo, assume o papel de falante que se dirige a outro. Na AD, o sujeito considerado é aquele da formação discursiva. Para a noção de formação discursiva, Maingueneau (2008) assevera que, “confiando em

experiência de leitor, na maioria das vezes emprega-se ‘formação discursiva’, nas situações em que o analista depara um conjunto de textos que não corresponde a uma categorização clara” (Maingueneau, 2008, p. 15). O linguista recorre a essa noção devido aos estudos precedentes, principalmente de Michel Foucault e Michel Pêcheux, em relação ao referido termo.

Outro aspecto abordado pelo linguista que implica diretamente a noção de sujeito é aquele em que o discurso só pode ser assumido no interior de um interdiscurso, nas palavras dele, “[o sujeito] para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras” (Maingueneau, 2015, p. 28).

Maingueneau (2015) destaca, ainda, que

A atividade discursiva repousa, de fato, na complementaridade entre os dois regimes, instituído e conversacional. Os sujeitos falantes não cessam de passar de um regime a outro: um, o regime instituído, que atribui papéis no interior de dispositivos restritivos, o outro, o regime conversacional, no qual as identidades e as situações são fluidas e instáveis. O que, bem entendido, não significa de forma alguma que, nas conversas, os indivíduos seriam livres de restrições (Maingueneau, 2015, p. 113).

Em relação ao regime instituído e ao regime conversacional, devemos considerar, conforme Maingueneau (2015), que o primeiro é aquele “que recobre gêneros autorais e rotineiros e para o qual a noção de gênero de discurso é plenamente válida” (Maingueneau, 2015, p. 113). Já o regime conversacional é aquele em que a definição de gênero do discurso é mais controversa, pois figura uma “desorganização relativa” (Maingueneau, 2015).

Percebemos que o sujeito, como categoria de análise na perspectiva da AD, assume várias facetas,

o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há um sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso (Orlandi, 2005, p. 52).

Assim, a partir do estudo da história das mulheres, que se delineia mais adiante, teremos a possibilidade de examinar como os sujeitos são constituídos, como organizam seus dizeres e o porquê desses dizeres, correlacionando aos dias atuais (Courtine, 2009).

Portanto, a concepção de sujeito que estamos adotando neste trabalho é aquela em que o sujeito, ao enunciar, ele produz significados em situações diversas, ora influenciado pela língua, ora pelo mundo, por sua experiência de vida e por fatos que requerem interpretação. Além disso, a fala é atravessada por memória discursiva que revela um conjunto de saber, poder, dever dizer em que os fatos fazem sentido em uma formação discursiva e que se materializam no discurso (Orlandi, 2005).

2.3 Condições sócio-históricas de produção

Abordamos as condições sócio-históricas de produção para entender o discurso, a maneira pela qual ele incorpora tais condições e, principalmente nesta pesquisa, o que se enuncia, e de que modo, acerca dos lugares que as mulheres ocupam na contemporaneidade. Buscamos, dessa forma, investigar o discurso em situações em que mulheres de grupos privilegiados e subalternizados estão inseridas em suas relações de trabalho e como determinadas formações discursivas constroem, naturalizam ou contestam se um discurso que atravessa esses dizeres é um discurso da violência. A construção das representações que figuram as mulheres é atravessada por discursos que revelam as relações de poder e que, de certa forma, se transformam ou se reatualizam. Por isso, compreender as condições de produção do discurso é primordial para perceber como os sujeitos e os sentidos se estabelecem.

Orlandi (2005) distingue as condições de produção no sentido estrito, que é o contexto no contexto imediato, isto é, como as próprias circunstâncias de enunciação (local, sujeitos, suportes da enunciação); e no sentido amplo, que são condições que incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (efeitos de sentido que levam em conta, por exemplo, a organização da sociedade, as relações de poder).

O contexto imediato corresponde, somado ao sentido de um contexto, ao resultado do fenômeno da interpretação. Em outras palavras, na interpretação designamos ou representamos o que é dito e o que foi dito de determinado enunciado e o sentido, por sua vez, não se esgota no imediato. Mas a interpretação não é o bastante para um analista do discurso. “A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem” (Orlandi, 2005, p. 26).

Já o contexto amplo, entendido em uma perspectiva mais abrangente além dos aspectos formais de comunicação, tem por objetivo se constituir uma atividade de análise respaldada no interdiscurso. Se, por um lado, temos a explicitação do contexto imediato que se limita às

circunstâncias de enunciação, por outro, há a explicitação dos efeitos de sentido dos usos que fazemos pela compreensão das condições sócio-históricas de produção, que incluem aspectos sócio-históricos e ideológicos. Assim, considerando as condições sócio-históricas de produção do discurso, em conjunto a outras categorias de análise da AD, o analista assume tarefa importante nas análises discursivas, pois contribui efetivamente como um método para as pesquisas, não permitindo que caiamos apenas no sentido estrito das análises. Desse modo, Orlandi (2005) postula que o contexto amplo

é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições, [...], no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência. E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam [...], segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas (Orlandi, 2005, p. 31).

A questão proposta por Orlandi (2005) trata do foco sobre o qual incidem as análises do discurso e da maneira como elas são feitas. Nesse sentido, as condições de produção estão inseridas no contexto amplo e incluem o contexto social e histórico que afeta os efeitos de sentido do discurso.

As condições de produção, além dos sujeitos e da situação, compreendem, também, a memória discursiva. A memória discursiva, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como o interdiscurso (Orlandi, 2025). Segundo Orlandi (2005), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 2005, p. 31). O interdiscurso é o que permite, por exemplo, identificar um discurso em sua historicidade, em sua relevância, revelando seu engajamento político e ideológico, é aquilo que foi formulado anteriormente e esquecido, contudo determina o que dizemos (Orlandi, 2005).

Embora Orlandi (2005) apresente a importância de considerar os processos e condições de produção do discurso de um enunciado submetido à observação, devemos considerar os estudos de Courtine (2009) para discorrer sobre as dificuldades de teorização e de realização prática dos métodos da análise do discurso, que implicam, ao mesmo tempo, um conceito essencial e controverso.

Para Courtine (2009), a origem da noção de condição de produção procede de três ordens. A primeira procede da análise de conteúdo praticada em psicologia social. Essa análise assume como objeto a análise das condições de produção dos textos. A segunda ordem da procedência das condições de produção é a sociolinguística, à qual Courtine (2009) atribui um papel de ordem indireta, levando em consideração as estruturas sociológicas e linguísticas e

como elas implicam no discurso. A terceira e última ordem trata-se de uma origem implícita da correlação dos termos situação e discurso, quando se refere somente às frases de um discurso sem interrupção.

Vemos que Courtine (2009) tem uma preocupação inicial para apresentar as possíveis origens das condições de produção e suas principais caracterizações. Diante disso, o que se segue é uma interpretação das transformações das condições de produção do discurso que compreende dois conjuntos de definições: uma empírica e outra teórica.

Em ambas as definições, a preocupação reside na necessidade de compreender o percurso no qual as definições são construídas, os aspectos particulares inerentes a cada uma delas, a abordagem dada por alguns autores, operacionalização e constituição de *corpus*, cada qual com suas especificidades ao tratar das condições de produção do discurso.

Conforme Courtine (2009), a definição empírica pode ser entendida como variáveis da situação de enunciação (como tempo, espaço e interlocutores), refletindo a continuidade de suas origens na psicologia social e sociolinguística. Em outras palavras, engloba o processo histórico e ideológico de constituição dos sujeitos e dos sentidos, aquele que antecede e ultrapassa a situação enunciativa. Essa abordagem se encontra nos trabalhos de Pêcheux (1995), que situa as condições de produção no esquema transformacional da comunicação de Jakobson (1963), relacionando posições sociais a formações imaginárias. Para Courtine (2009), esse esquema permite compreender:

as condições (históricas) da produção de um discurso, como as circunstâncias da produção (no sentido psicolinguístico do termo) de uma mensagem por um sujeito falante; por outro, essas formulações não são decorrentes da distribuição das tarefas espontaneamente operada em AD, pela qual as CP recebem sua caracterização da psicologia ou da sociologia (Courtine, 2009, p. 50).

Ao tratar da definição teórica, Courtine (2009) apresenta o conceito de formação discursiva, derivado dos trabalhos de Foucault (1969) em *Arqueologia do Saber* fora do âmbito da Análise do Discurso. Pêcheux transcreve esse conceito para AD aliado a outros elementos conceituais.

Courtine (2009) contextualiza algumas abordagens importantes de aspectos estruturais e determinantes que compõem a base teórica reapropriada por Pêcheux, o discurso é determinado pelas formações discursivas que, por sua vez, resultam das formações ideológicas. Imbricado a isso, “caracterização do interdiscurso de uma FD é, então, um ponto crucial da perspectiva desenvolvida por Pêcheux: a partir do interdiscurso, as modalidades do

assujeitamento poderão ser analisadas” (Courtine, 2009, p. 74). São elas: o pré-construído que “marca a existência de um descompasso entre o interdiscurso como lugar de construção do pré-construído, e o intradiscurso, como lugar da enunciação por um sujeito” (Courtine, 2009, p. 74). E, por fim, em articulação aos enunciados, funciona “o interdiscurso, enquanto lugar de constituição do pré-construído, fornece os objetos dos quais a enunciação de uma sequência discursiva se apropria, ao mesmo tempo que (ele) atravessa e conecta entre si esses objetos” (Courtine, 2009, p. 75). Assim, a formação discursiva se define como um conjunto de regras históricas que determinam o que pode e deve ser dito por um sujeito inserido em uma formação ideológica específica.

Dessa forma, nesta pesquisa buscamos, a partir das definições das condições sócio-históricas de produção, delinear um caminho para análise do discurso da violência contra as mulheres nas representações de trabalho de grupos privilegiados e subalternizados.

2.4 Trajetória da história das mulheres

Apresentar a trajetória histórica das mulheres não é uma tarefa fácil, dado que essa história por muito tempo foi escrita, majoritariamente, por homens. Trata-se, na maior parte, de uma leitura limitada, pois o que se vê é uma história das mulheres em que não é abordado o que foi produzido por elas, bem como o produzido pelas mulheres sobre si mesmas. Notamos um apagamento ou uma abordagem à luz de estereótipos. Para reconhecermos aspectos históricos acerca das mulheres, reunimos aqui mulheres que escrevem história sobre mulheres e que se dedicam a pensar sob o ponto de vista histórico e filosófico.

2.4.1 Trajetória da história das mulheres na Europa (séculos XVI e XVII)

Levando em conta que abordamos em nossa análise as relações de trabalho das mulheres em grupos privilegiados e subalternizados, discorremos aqui sobre a construção perpetrada, na transição do feudalismo para o capitalismo, para promover a divisão sexual do trabalho e a posição social das mulheres. Além disso, para examinarmos o discurso da violência contra as mulheres, é imprescindível ser revisitada a história da mulher no Brasil. Para isso, foi forçosa uma escolha temporal que pudesse recuperar as condições sócio-históricas dos enunciados constituídos no nosso *corpus* e, assim, percebemos os efeitos de sentido. À vista disso, consideramos importante, por se tratar de história no Brasil, que nosso recorte não fosse limitado à contemporaneidade e privilegiamos, ou melhor, dedicamos, explorar a história das

mulheres desde os vindos dos anos de 1500 até hoje, e, assim, pretendemos discutir sobre enunciados que perpassam a história e que revelam a historicidade na contemporaneidade.

Contudo, em respeito à diversidade e complexidade dessas muitas histórias sociais, econômicas e políticas, na presente subseção pretendemos expor de forma ampla e detalhada, assim esperamos, dada que essa abordagem temática tem muita relevância para nosso trabalho, alguns dos principais fatos e acontecimentos sociais e políticos que ocorreram na Europa na transição do feudalismo para o capitalismo e no Brasil colônia e império. Não há intenção de esgotar o assunto, nem mesmo de tangenciar todas as questões sociais e políticas ocorridas nesse recorte e períodos mencionados, mas permitir uma compreensão comparada das condições sócio-históricas de produção para efeito de sentido na atualidade.

Como parte dessa apresentação, recorreremos a Federici (2023), que defende que o processo de transição do feudalismo para o capitalismo “demandou a transformação do corpo [das mulheres] em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução dessa força de trabalho” (Federici, 2023, p. 127).

Nesse processo, Federici (2023) argumenta que alguns eventos, em relação à Europa, contribuíram para a alavancada da reestruturação social e econômica das mulheres, numa crítica à análise de Marx sobre a acumulação primitiva que partia do ponto de vista do proletariado industrial assalariado sem mencionar as transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social das mulheres, representando, assim, uma destruição do seu poder alcançado por meio do extermínio das bruxas.

Esses eventos se referem à acumulação primitiva, que trata da expropriação de terras dos trabalhadores europeus; do disciplinamento do corpo das mulheres; da constituição de hierarquias de trabalho em relação ao gênero para formação da dominação de classe e formação do proletariado; das imposições da divisão entre mulheres e homens.

Federici (2023) sustenta que o contexto histórico, no qual se deve situar a história das mulheres, dos séculos XVI e XVII, em que ocorre a privatização da terra e mercantilização das relações sociais, foi afetado pela pobreza e mortalidade generalizada, pois já no início do capitalismo irrompe a posição social das mulheres, sobretudo as inseridas no proletariado. Dessa maneira, define-se uma nova ordem patriarcal que Federici (2023) denomina de patriarcado do salário.

A privatização da terra deu-se no início do século XV, concomitante à expansão colonial. Ela se deu de diferentes formas: “despejo de inquilinos, aumento de aluguel e impostos elevados por parte do Estado, o que levou ao endividamento e à venda de terras” (Federici, 2023, p. 138). A autora nomeia essas formas de expropriação de terra, que, mesmo sem o uso

da força, culminaram na perda da subsistência contra a vontade do indivíduo. Além dessas formas, havia outras duas maneiras de expropriação de terra, aquela pela guerra e a outra pela reforma religiosa. A privatização da terra foi realizada por meio de cercamento, termo utilizado para o conjunto de estratégias para eliminar o uso comum da terra e expandir a propriedade de fazendeiros ricos na Inglaterra (Federici, 2023).

As terras comunais, ou seja, o uso comum da terra “para reprodução de muitos pequenos fazendeiros ou lavradores que sobreviviam apenas porque tinham acesso a pradarias, nas quais podiam manter vacas, ou bosques, dos quais extraíam madeira, frutos silvestres e ervas, ou pedreiras, lagoas e espaços abertos para se reunirem” (Federici, 2023, p. 145), eram terras especialmente importantes para as mulheres, pois, com menos direitos sobre a terra, dependiam delas para garantir a subsistência, local de sociabilidade e autonomia, já que a troca com outras mulheres sobre notícias e aconselhamentos difere da perspectiva masculina.

Com o cercamento, houve uma desconexão social que potencializou a desintegração das famílias. Isso afetou significativamente as mulheres mais velhas que, sem contar mais com o apoio dos filhos, que deixavam os vilarejos para se juntar aos trabalhadores itinerantes, “caíam nas fileiras dos pobres ou sobreviviam à base de empréstimos e pequenos furtos ou atrasando o pagamento de suas dívidas” (Federici, 2023, p. 147).

Como podemos perceber, a expropriação da terra afetava sobremaneira as mulheres, tanto que houve resistência com forte presença feminina na luta contra os cercamentos. O interesse na resistência à expropriação da terra se deve, principalmente, à dificuldade das mulheres em se tornarem trabalhadoras migrantes, uma vez que a vida errante era sinônimo de exposição à violência masculina, adversidades no período de gravidez e cuidado dos filhos, além de não poderem se juntar aos exércitos (Federici, 2023).

À vista disso, as mulheres foram as mais prejudicadas pelos cercamentos, as relações monetárias em detrimento da vida de subsistência. Elas passaram a encontrar mais dificuldades que os homens para se prover, sendo restringidas ao trabalho reprodutivo, mais tarde mistificado como vocação natural e designado como trabalho de mulheres, ensejando menos posições assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, recebiam um valor muito inferior se comparado ao dos homens. O que se observa com a desvalorização e a feminização do trabalho reprodutivo são mulheres forçadas à condição crônica de pobreza, uma dependência econômica e uma invisibilidade como trabalhadoras.

Segundo Federici (2023), a transição do feudalismo para o capitalismo tem implicações que reverberam profundamente no corpo das mulheres, em outras palavras, no disciplinamento do corpo das mulheres. Isso se dá, na Europa, com a diminuição da população, primeiro no

período anterior aos séculos XVI e XVII com a Peste Negra, devido à baixa taxa de natalidade, ao aumento da idade de casamento e ao desemprego fruto da diminuição dos mercados e comércio. Nessas circunstâncias, é que o Estado inicia uma política populacional que castigava qualquer comportamento que impedisse o crescimento populacional. Métodos disciplinares foram criados para regular a procriação e retirar o controle das mulheres sobre a reprodução, a introdução de códigos severos para castigar mulheres apontadas como culpadas por crimes reprodutivos (aborto, contracepção).

Outras ações do Estado são adotadas em favor da natalidade, tais como a bonificação do casamento e a penalização do celibato, haja vista que o aumento populacional era visto por muitos países como recursos naturais que trabalhavam para o Estado. Junta-se a isso uma nova importância dada à família, que assegurava a reprodução da força de trabalho. O registro de cada gravidez, o relatório exigido das parteiras sobre os nascimentos, a sentença de morte para as mulheres mães de bebês que morriam antes do batismo, a privação de qualquer apoio para mulheres solteiras grávidas e a determinação de onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer foram outras ações tomadas pelo Estado em diferentes países na Europa (Federici, 2023). Isso resultou na “escravização das mulheres à procriação. [...] a partir de agora seus úteros se transformaram em território político controlado pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (Federici, 2023, p. 183).

Nesse viés, estabelecia-se uma hierarquia do trabalho entre mulheres e homens. As mulheres, sem ter o controle sobre o próprio corpo, este regido pelo Estado, estavam condicionadas à função reprodutiva, igualando a maternidade a um trabalho forçado. A desvalorização do trabalho das mulheres provocou a perda de postos de trabalho que antes ocupavam e a redução do pagamento feito fora de casa em relação ao trabalho masculino. Elas supostamente podiam trabalhar somente em casa para ajudar na produção (para o mercado) do marido, levando em conta que a verdadeira carreira considerada para as mulheres no período entre os séculos XVI e XVII era o casamento, sem perceber nenhum recebimento de salário por isso. Diante disso, a exclusão das mulheres dos seus ofícios, o não recebimento de salário ou até mesmo o ocultamento de trabalhos realizados por elas contribuíram para um proletariado das mulheres (Federici, 2023).

Entre os eventos tratados até o momento defendidos por Federici (2023), o último que discutiremos refere-se à imposição da divisão de mulheres e homens. Uma dessas divisões é relacionada ao patriarcado do salário. Essa afirmação decorre do estabelecimento de que as mulheres não recebem seu próprio salário. Podemos destacar os casos das famílias de artesãos

no sistema doméstico. Os homens dependiam das mulheres que exerciam inúmeras funções no trabalho artesanal, além das tarefas domésticas. Contudo, era o marido que recebia o salário da mulher, para além de direitos legais sobre rendimentos da esposa. Federici (2023), acerca da definição de patriarcado do salário, sublinha uma divisão significativa da divisão imposta entre mulheres e homens:

Também devemos repensar o conceito de “escravidão do salário”. Se é certo que os trabalhadores homens, sob o novo regime de trabalho assalariado, passaram a ser livres apenas no sentido formal, o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximou da condição de escravos foram as mulheres trabalhadoras (Federici, 2023, p. 203).

Esse panorama de transição do feudalismo para o capitalismo traz importantes construções cuja influência se estende até a contemporaneidade, principalmente na construção de enunciados que atravessam dizeres sobre as mulheres nas questões de trabalho.

2.4.2 Trajetória da história das mulheres no Brasil

Além dos aspectos abordados anteriormente e da transição do feudalismo para o capitalismo, devemos destacar que, a partir da colonização, o Brasil integrou-se, podemos dizer, de maneira efetiva ao sistema patriarcal, pois a divisão social e sexual que se estabeleceu serviu, também, para firmar regras acerca do funcionamento do corpo das mulheres e garantir a disciplina social, ambas ações muito mais severas e punitivas para as mulheres. Entendemos que esse sistema vislumbra os traços dos acontecimentos na Europa.

Para tanto, para discorrermos sobre a construção da história das mulheres no Brasil, apresentamos as contribuições da historiadora Mary Del Priore (2014; 2020), que se dedica e tem uma vasta literatura a esse respeito.

Dessa forma, abordamos, além das representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados das mulheres inseridas no período colonial e imperial até o contexto brasileiro vigente, aspectos a respeito do casamento, família, maternidade e corpo feminino.

Ressaltamos que o caráter de explorar o lugar da mulher desde o período colonial e imperial no Brasil deve-se, portanto, à tentativa de sedimentar aspectos que nos permitem afirmar que o patriarcalismo ocidental no qual se estruturou a sociedade no Brasil ainda tem consequências nos atos que implicam violência contra a mulher ainda hoje. Além disso,

ao rever os percursos históricos de constituição do sujeito mulher, somos capazes de melhor compreender como o gênero age sobre esses sujeitos, destacando que essas determinações não se dão ao acaso, não são neutras. São

relações marcadas de uma historicidade que realoca constantemente cada sujeito em seu papel, garantindo que sirvam a ordem do mundo, que sejam produtivos para o sistema, reforçando uma relação hierárquica, um jogo de poder (Pena; Cano, 2024, p. 17).

As relações de poder marcadas pela historicidade que constituem o percurso histórico das mulheres no Brasil têm forte influência das leis ibéricas introduzidas pelos portugueses que chegaram à costa brasileira. Uma dessas relações é a constituição familiar denominada patriarcalismo brasileiro. Nesse modelo, “tratava-se de uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido, que impunha sua lei e ordem nos domínios que lhe pertenciam. Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar” (Del Priore, 2014, p. 12). O casamento seguia a forma europeia de organizar a família: pai e mãe casados perante a Igreja católica, que regia as normas para o casamento e família. À mulher cabia a educação dos filhos nos preceitos cristãos e a edificação do lar. No papel de submissa ao marido, exercia suas tarefas dentro de casa, pois tinha sua mobilidade controlada (Del Priore, 2014).

Cabe-nos, antes, para enfatizar a acepção da palavra patriarcado que mantinha um significado ligado à Igreja: “antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado à organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio” (Hirata *et al.*, 2009, p. 173). Contudo, conforme Lerner (2019), para uma análise mais profunda no mundo de hoje, patriarcado requer outra definição:

Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. Uma das mais árduas tarefas da História das Mulheres é traçar com precisão as várias formas e maneiras como o patriarcado aparece historicamente, as variações e mudanças em sua estrutura e função, e as adaptações que ele faz diante da pressão e das demandas das mulheres (Lerner, 2019, p. 322).

Ressaltamos, diante da acepção acima, que a concepção é muito importante para a história das mulheres, para compreendermos as formas de organização social, relações de poder e para resgatar as condições sócio-históricas para a produção do discurso. Entretanto, como podemos observar mais adiante neste trabalho, a escolha em grande parte do *corpus* se deu por uma materialização do discurso da violência contra as mulheres e não, especificamente, de discurso da violência de um homem contra a mulher.

Dito isso, embora a família patriarcal fosse marcadamente presente no período colonial, outras formas de uniões se multiplicaram na mesma época. Contudo, a mulher respeitada era somente a mulher casada. Dessas outras formas de casamento, havia famílias constituídas por brancos e mulheres indígenas, brancos e pessoas negras, que não pressupunham o casamento na Igreja (Del Priore, 2014).

Conforme Del Priore (2014), com a vinda da família portuguesa no período do Império, a Igreja e o Estado apostaram no papel feminino que emergia da noção de privacidade importada da Europa, mas apenas dentro de casa. De certa forma, essa visibilidade do papel das mulheres não era dada. Na rua, conversas com outros homens (outros aqui figuram a exceção do pai, do marido) não eram permitidas. A maior parte das meninas não aprendia a ler, para as meninas atividades como bordado, renda e costura, maridos escolhidos pelos pais. Nota-se que a Igreja e o Estado cada vez mais controlam a vida das mulheres solteiras, casadas e viúvas, determinando o recato e a moça de família para as solteiras, a mulher esposa ideal e a renúncia de herança e pátrio poder dos filhos da viúva caso quisesse se casar de novo.

No que diz respeito à maternidade, no período colonial, da mesma forma foi construída sob a influência da Igreja e do Estado e, adiciona-se aqui, a influência da medicina. A função reprodutiva constituía o dever da boa esposa. Afora o papel obrigatório de obediência e servidão no casamento, cumpria-se ser elevada ao papel de mãe (Del Priore, 2014).

Os partos dolorosos eram uma obrigação para as mulheres para se redimirem do pecado de Eva. Eram momentos de insegurança, corriam grandes riscos por causa de sangramentos e hemorragias uterinas, que por vezes levavam à morte. Os primeiros cuidados com os filhos abrangiam métodos que envolviam que

O corpinho molengo era banhado em vinho ou cachaça, limpo com manteiga e outras substâncias oleaginosas, e firmemente enfaixado. A cabeça era modelada com massagens e o umbigo recebia óleo de rícino com pimenta, para fins de cicatrização. Coroando os primeiros cuidados, era fundamental o uso da estopada: “cataplasma confeccionado em a mistura de um ovo com vinho”, aplicado a uma estopa que, por sua vez, era presa por um lencinho à cabecinha do pequeno para “fortificá-la” (Del Priore, 2014, p. 118).

Destaco esses métodos porque, pouco a pouco, os saberes médicos masculinos, em detrimento dos saberes das benzedeiras, parteiras e erveiras, começam a dominar. Sobre este ponto, o episódio “Salve-se quem puder”, do podcast Projeto Querino (2022), enfatiza que os povos originários que aqui viviam já cuidavam de si em condições bem melhores antes da colonização portuguesa, assim como as diferentes populações e culturas africanas. Regina Xavier, uma das entrevistadas no episódio desse podcast, comenta:

cada vez mais os médicos vão reclamar o diploma nas faculdades de Medicina como aqueles que dariam as credenciais necessárias pra que eles pudessem atuar na cura da população. Então os médicos vão paulatinamente reclamando um lugar exclusivo de atuação na exclusão desses outros personagens. Então tanto os curandeiros quanto os homeopatas quanto todos os outros vão estar imersos num contexto de muita tensão porque os médicos justamente vão defender a sua sabedoria, o seu conhecimento científico, em detrimento dos conhecimentos populares (Projeto Querino, 2022).

No período colonial, o Estado passou a punir a mulher que abortasse com cinco anos de trabalho forçado. Prevalencia a ideia do papel social da mulher de ser mãe, cuidar da prole. Dentro do casamento prevalecia o caráter de ser boa esposa. Dessa forma, as decisões sobre o corpo da mulher não pertenciam a ela, e sim à Igreja, ao Estado e ao cuidado médico.

Louro (2018) auxilia na compreensão de como a construção da sexualidade feminina é definida em detrimento da sexualidade masculina, pela regulação da sexualidade dentro da sociedade e pelas instâncias de poder e pelo trabalho histórico sobre os significados da identidade sexual, interessando-nos aqui os significados tratados pela autora no que tange à concepção atribuída aos corpos femininos. Para Louro:

[...] a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. [...] Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (Louro, 2018, p. 6).

Del Priore (2014) enfatiza que a preocupação com a aparência da mulher no Brasil colônia era controlada pela Igreja, visto que:

[...] a mulher, perigosa pela beleza, pela sexualidade, pela associação com a natureza, inspirava toda a sorte de preocupações dos pregadores católicos. Não foram poucos os que fustigaram o corpo feminino, associando-o a um instrumento do pecado e das forças obscuras e diabólicas que ele representava na teologia cristã (Del Priore, 2014, p. 186).

Nesse sentido, inúmeras determinações circulavam para impedir que a vaidade fosse uma inquietação feminina, sublinhadas com penas e advertências. Dentre elas, havia o seguinte livreto que asseverava

Estar à janela de bisuntos, levantar os fatos (os vestidos) quando não há lama, levantar a voz entoando falsete, por ostentar melindre; tingir o sobrolho com

certo ingrediente e fazer o mesmo à cara com tintas brancas e vermelhas, trazer boas meias e fingir um descuido para mostrá-las, [...] e comer mal para vestir bem (Del Priore, 2014, p. 186).

O discurso perpetrado para melhor submeter a mulher a códigos de vestimentas ao sair (somente a saída dominical para a missa), definições de comportamento, disseminação de padrões de beleza ancora, em certa medida, muito do que observamos hoje em relação às mulheres, que de certa forma, promove um discurso da violência. Vemos, também, que, mesmo regido por diferentes sistemas, na Europa pelo sistema capitalista e no Brasil pela imposição do escravismo, há traços muito semelhantes associados à história das mulheres.

No âmbito desta discussão, sobre a história das mulheres, devemos apontar que as mulheres não assistem passivamente e sem nenhuma resistência aos mais diferentes tipos de imposições. É preciso enfatizar que o posicionamento das mulheres desempenha outras maneiras de olhar para a história, problematizar, debater e movimentar para que certas concepções arraigadas de patriarcalismo se difunda em garantias no modo de vida e resguardadas juridicamente etc. Nesse sentido, cabe-nos resgatar a trajetória do movimento feminista e as características de suas diferentes ondas históricas.

2.4.3 Do movimento feminista

Conforme já descrito anteriormente, as mulheres em diferentes épocas não ocupavam posições de poder, eram desprovidas do direito à posse, não podiam responder por seus corpos, hábitos de vida e saúde, isto é, encaravam desigualdades sociais, políticas e econômicas decorrentes de estruturas patriarcais durante séculos. Mesmo diante desse cenário, o movimento feminista designado como um coletivo de luta das mulheres só acontece na metade do século XX (Hirata *et al.*, 2009).

O movimento feminista emergiu como um movimento que lutava para confrontar as formas de submissão impostas às mulheres e à busca pela igualdade de direitos. Essas lutas reivindicavam papéis para as mulheres voltados ao debate político, social e intelectual e ao “reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação” (Hirata *et al.*, 2009, p. 144).

As primeiras formulações a uma conceituação de direitos humanos universais, baseado nas teorias do direito da pessoa, resultam das revoluções norte-americana e depois a francesa. É nessa efervescência, de mudança do mundo ocidental, que a reivindicação dos direitos e

princípios universais de igualdade e divisão igualitária dos poderes entre homens e mulheres emerge a primeira onda do movimento feminista. Considerando essa perspectiva, ressaltamos que, de acordo com Zirbel (2021), as narrativas sobre as ondas privilegiaram mulheres inglesas e francesas brancas e de classe média.

Por outro lado, para contestar essa narrativa, Gonzalez (2020) argumenta que geralmente se esquece da questão racial. O desempenho das mulheres negras e da classe operária na formação do movimento feminista no Rio de Janeiro, por exemplo. “Sem elas, as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam” (Zirbel, 2021, p. 10).

Nesse aspecto, importa sublinhar que as condições das mulheres negras e da classe operária, em vista das condições das mulheres brancas da classe média, divergem em vários aspectos de desigualdade em relação ao acesso educacional, profissional e financeiro, levando em conta as raízes históricas Gonzalez (2020).

Abordamos a temática das ondas do movimento feminista a partir de diversos pontos, os quais Zirbel (2021) nos conduz aos questionamentos de quem foram suas protagonistas, os locais que surgiram, datas e duração. Considerando que um estudo mais ampliado do movimento feminista pelo mundo dá visibilidade a mulheres de diferentes etnias e classes, gerações, nacionalidades, entre outros aspectos. A autora destaca que nenhuma onda se formou por meio de um único grupo ou um único ponto de vista. Embora, considerando o movimento sufragista no final do século XIX e início do século XX, as mulheres lutaram em conjunto para impulsionar as manifestações que incidiam na mesma pauta (Zirbel, 2021). Numa perspectiva histórica, a temática do movimento feminista está respaldada em três ondas:

Em geral, afirma-se que o ocidente vivenciou pelo menos três momentos de grande movimentação e articulação feminista não restritos a um único espaço geográfico e que poderiam ser chamados de ondas feministas, em uma perspectiva mais global. A primeira dessas ondas formou-se na segunda metade do século XIX, em diferentes países, impulsionando inúmeras demandas até o início da I Guerra Mundial, quando milhares de mulheres viram-se obrigadas a lidar com a devastação e os problemas gerados pelos contextos da guerra. A segunda onda despontou em meados da década de 1960, intensificando-se na década de 1970 e espalhando-se por vários contextos sociais nas décadas seguintes. Quanto à terceira onda, há controvérsias sobre a sua periodização e caracterização. Essa controvérsia implica a existência ou não de uma quarta onda. De qualquer forma, no início do século XXI tornou-se perceptível, em vários pontos do globo, uma nova onda feminista, seja ela a terceira ou a quarta onda, e cujos efeitos e rumos ainda não são de todo conhecidos (Zirbel, 2021, p. 12).

Sobre a primeira onda do movimento feminista, desenvolveu-se entre os séculos XIX e início do século XX, concentrando suas reivindicações pela isonomia dos direitos civis e políticos. Contudo, segundo Zirbel (2021), isso seria reduzir em detrimento das diversas pautas e lutas das mulheres nesse período.

A autora explicita que as mudanças ocorridas na Europa nas esferas política, jurídica e trabalhista no início da modernidade beneficiaram somente os homens brancos e donos de propriedade, porém as mesmas condições não se aplicam ao restante da população tampouco às mulheres. Sem poder de decisão sobre suas vidas em qualquer aspecto (Zirbel, 2021).

Vimos que a trajetória do feudalismo para o capitalismo afetou diretamente as mulheres. Com o capitalismo consolidado, o sistema se beneficia do trabalho gratuito das mulheres nos ambientes familiares: “a sociedade e os indivíduos dependem do trabalho doméstico e das variadas atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, mas não lhes atribuem valor” (Zirbel, 2021, p. 13). Além disso, o controle da vida das mulheres é regido pelos discursos religiosos, filosóficos, econômicos e políticos da Europa do século XIX, aumentando a aversão às mulheres.

O que se define por primeira onda do movimento feminista foi materializado por associações de mulheres, panfletagem, passeatas entre outros tipos de manifestações pautadas em discussões e reivindicações, tais como temas voltados à sexualidade, acesso à educação formal, melhores condições de trabalho, ao direito matrimonial, sufrágio feminino. Manifestações que também ocorriam fora dos territórios dos EUA e Europa (Zirbel, 2021), “apesar de não formarem um grupo homogêneo e defenderem diferentes opiniões políticas, milhares de mulheres, em diferentes países e momentos distintos, em um dado momento, uniram-se em torno da luta pelo sufrágio” (Zirbel, 2021, p. 14).

Zirbel (2021) destaca que é comum afirmar que as mulheres de classe média foram as protagonistas da primeira onda, no entanto, o movimento contava na sua maioria com mulheres da classe trabalhadora que partilhavam das mesmas pautas de direito ao voto, acesso às decisões políticas. Lutando, também, por alterações da legislação e instituições que oprimiam e exploravam as mulheres trabalhadoras.

Na segunda década do século XX, as mobilizações feministas foram enfraquecidas pelas guerras ocorridas em diversos países. Apesar disso, em alguns territórios da América Latina, como por exemplo o Brasil, “distantes do *front* de guerra e nos quais também havia sido iniciada uma luta pelo sufrágio, muitos grupos seguiram focados nessa luta e em suas pautas locais” (Zirbel, 2021, p. 15).

Quanto à segunda onda do movimento, no período das duas guerras mundiais, as mulheres assumiram diversos postos de trabalho considerados masculinos e as discussões da luta feminina por vezes passavam por avanços e interrupções. Após as guerras, alguns Estados reconheceram alguns direitos das mulheres, contudo, campanhas foram realizadas para que elas voltassem a suas posições de esposas do lar e o mesmo cenário de decisão e poder se concentrava nas mãos de homens, brancos e de maior poder aquisitivo (Zirbel, 2021).

Apesar disso, a segunda onda promoveu profundas transformações culturais e sociais em diversas partes do mundo. Paralelamente, em países que investiram em projetos de ensino universal, as mulheres começaram a organizar Estudos Feministas, livros e textos, com temas questionadores dos conteúdos tradicionais. Entre eles, se destaca a obra *O segundo sexo*, de Simone Beauvoir, que exalta a essência da mulher e denunciava a dominação masculina. Além do mais, no campo das artes, as mulheres produziam filmes, músicas, peças teatrais (Zirbel, 2021).

No campo da política, nas décadas de 1970 e 1980, tanto na Europa quanto nos EUA, as mulheres formaram grupos para pensar formas de luta. Em diversas partes do mundo, inúmeros grupos de mulheres também se organizaram para lutar contra o colonialismo, sexismo e racismo. Na América Latina, a luta foi voltada contra a ditadura, conservadorismo, violência e censura. A ideia central das ações passa a ser: liberta-se da opressão. No entanto, a opressão é vivenciada de diferentes maneiras por mulheres de classes sociais distintas e, para muitas, o racismo intensifica a situação (Zirbel, 2021). Nesse sentido, Gonzalez (2020) afirma que, o movimento feminino no Brasil, a mulher negra é praticamente excluída dos textos e discursos.

No cenário europeu e estadunidense, formas de interpretar as causas das diferentes opressões e a melhor maneira de enfrentá-las deram origem a diferentes reflexões e práticas feministas. O feminismo radical, o feminismo socialista e o feminismo liberal costumam ser identificados como as três grandes linhas de elaboração teórica da segunda onda, o que é verdadeiro apenas em parte, uma vez que feministas negras, latinas, lésbicas, anarquistas e ecologistas também estavam produzindo suas ferramentas teóricas e reflexões sobre a realidade (Zirbel, 2021, p. 19).

Para cada uma das práticas feministas, a linha de enfrentamento abarcava um tipo de origem: para as feministas radicais, a opressão das mulheres estava no patriarcado; para as feministas socialistas, o capitalismo era apontado como responsável pela exploração e opressão; para as feministas liberais, lutaram por mudanças político-jurídicas-culturais (Zirbel, 2021).

A terceira onda do movimento feminista emergiu na década de 1990, caracterizada pela valorização das múltiplas experiências femininas e pelo conceito de interseccionalidade, que

ganhou relevância, pois diferentes modos de opressão podem atuar simultaneamente. “Feministas latinas, negras, revolucionárias, proletárias, lésbicas, pró-sexo, antipornografia (dentre outras) fomentaram o debate feminista por todo o século XX, evidenciando a grande diversidade do feminismo (de indivíduos, grupos, pautas, estratégias)” (Zirbel, 202, p. 20). Além dessas questões, outras eram pensadas por pequenos grupos: problemas ligados ao capacitismo, etarismo, indígenas etc. (Zirbel, 2021).

Na virada do século XX para o XXI, o uso das mídias sociais tem atuação feminina em todos os continentes para mobilização e conscientização. O ano 2000, foi marcado pela Marcha Mundial das Mulheres, com adesão de mais de 150 países, e pela elaboração de documento que reivindicava o enfrentamento da pobreza e da violência contra as mulheres, entregue à Organização das Nações Unidas. As questões de assédio, violência sexual e feminicídio continuam sendo pautas de inúmeras manifestações pelo mundo e de aprofundamento de debates (Zirbel, 2021). Zirbel (2021) ressalta que

Apesar das diferenças de contexto e de experiência de militância, vários grupos de feministas têm produzido uma agenda interseccional pautada nas lutas anti-sexistas, anti-racistas, anti-capitalistas, anti-homofóbicas, decolonialistas e ecofeministas. Possuem em comum o enfrentamento de formas complexas e entrelaçadas de violência e opressão perpetradas por um sistema que poderíamos chamar de patriarco-capitalo-racista de dominação. Para enfrentá-lo, uma articulação internacional tem sido organizada e fortalecida a cada ano (Zirbel, 2021, p. 25).

Discorrer sobre as movimentações feministas é importante para observarmos como os problemas de opressão contra as mulheres são apontados em diferentes épocas e como as mulheres buscaram avançar nas lutas, sem considerar que as pautas foram superadas ou totalmente solucionadas.

2.4.4 Da realidade sócio-histórica à historicidade

Após discorrer brevemente sobre a história das mulheres, refletimos que, quando tratamos da história, não pensamos nela refletida no texto, mas sim na historicidade. Nesse sentido, Orlandi (2005) pontua que a historicidade “é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito” (Orlandi, 2005, p. 68). Nessa perspectiva,

a historicidade não se refere somente ao contexto histórico e ao tempo cronológico, mas a forma na qual a história constitui o sujeito através da linguagem.

Dessa maneira, tratamos a historicidade como categoria de análise para nossa pesquisa para que não façamos emergir somente o texto repleto de história, mas sim tornando os textos como objetos de discurso que se materializam e têm relações com a exterioridade (Orlandi, 2005).

Orlandi (2005) enfatiza que

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (Orlandi, 2005, p. 32).

Em outras palavras, por meio da noção de historicidade, é possível pensarmos que a linguagem não se materializa de forma neutra, ela carrega marcas de processos sociais e efeitos de sentido.

Orlandi (2005) argumenta que para compreendermos o funcionamento do discurso e sua articulação com os sujeitos e com a ideologia, exige-se considerar que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesmo de todo o dizer, de todo o enunciado. Assim, a autora reforça que:

A formulação, então, está determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso: [...] seria composto pela sua formulação e também pela historicidade, o saber discursivo que foi-se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para que esse sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso) (Orlandi, 2005 p. 33).

Assim, outro elemento que a autora defende é que a historicidade se manifesta pelo interdiscurso, isto é, enunciados já-ditos, todo conjunto de formulações, e já esquecidos, ao longo da história que permanecem ou determinam novos discursos atravessados por uma memória discursiva. Nas palavras de Orlandi (2005), “para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido” (Orlandi, 2005, p. 33). Para reforçar que o já-dito opera por um conjunto de discursos anteriores, pelo funcionamento do interdiscurso, Orlandi (2021) salienta que “suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica” (Orlandi, 2005, p. 33).

Desse modo, o interdiscurso para nossa categoria de análise, historicidade, reflete como o sujeito em determinada situação discursiva mobiliza os dizeres para sua significação.

Nesse sentido, é importante apontar que a Análise do Discurso faz distinção importante entre história e historicidade, diferentemente da noção de história referente à língua, vista de uma dimensão temporal, e diferente dos fundamentos da linguística, que não comporta a noção de história da língua como sistema nem a língua como seu produto. Como dito anteriormente, a Análise do Discurso concebe a história como algo exterior relacionado ao sistema linguístico (Orlandi, 2012). Dessa forma, “a historicidade deve ser compreendida em análise de discurso como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem” (Orlandi, 2005, p. 80).

Portanto, a historicidade, na Análise do Discurso, a partir dessa relação, é entendida como constitutiva. O trabalho dos sentidos que se inscrevem no texto é a própria historicidade. Contudo, “não se trata de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do *texto*, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” (Orlandi, 2012, p. 113). Ou seja, os processos de significação são função da historicidade.

Dadas essas considerações, nos colocamos na situação de compreender de que forma analisamos a partir da noção de historicidade, levando em conta a constituição do *corpus* desta pesquisa. Pensando no modo como esse processo ocorre, na subseção consideramos importante discorrer acerca da “empregada doméstica”, quem é essa mulher, do lugar que ocupa e suas implicações no contexto do Brasil.

2.4.5 Da “empregada doméstica”

Retomando o que foi apresentado no item anterior, compreendemos que, para a análise do *corpus*, é relevante tratarmos da mulher que é “empregada doméstica” no Brasil, a partir da noção de historicidade. Essa consideração é devido à impossibilidade de analisarmos sem considerarmos a articulação raça, classe e gênero que permeia a história das mulheres que são empregadas domésticas, em sua grande maioria mulheres negras e pobres.

Gonzalez (2020), demonstra que essa realidade não constitui uma coincidência histórica, mas o resultado da continuidade de estruturas de exploração de um legado concreto da escravidão. Segundo a autora, no período imediatamente após à abolição, as mulheres negras desempenharam um papel duplo para sustentar os demais membros da família, foram obrigadas a dividir o trabalho na casa da patroa e suas obrigações familiares. Sua inserção no mercado de trabalho ocorreu predominantemente em ocupações de baixa renda e reduzido reconhecimento

social, especialmente o trabalho doméstico. “Mesmo nos dias atuais, em que se constata melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida” (Gonzalez, 2020, p. 34).

De acordo com Gonzalez (2020), no que diz respeito à mulher negra, a ausência de expectativa acerca de possibilidades viáveis a direciona para a prestação de serviços domésticos, o que a situa em condição de sujeição e dependência das famílias de classe média branca. “A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da ‘inferioridade’, da subordinação” (Gonzalez, 2020, p.35), mas assevera que a emancipação econômica e cultural da patroa se deve à jornada dupla possibilitada pelo serviço dessas mulheres.

Gonzalez (2020) analisa criticamente os estereótipos atribuídos historicamente às mulheres negras, entre eles “doméstica”:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. (Gonzalez, 2020, p. 36).

Afora o trabalho doméstico, a mulher negra é vista geralmente em prestação de serviços de baixa remuneração, nos supermercados nas escolas ou nos hospitais, sendo que as possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra (Gonzalez, 2020).

Além da falta de perspectiva no mercado de trabalho e a sujeição a baixos rendimentos da mulher negra, Gonzalez (2020) constata o enfrentamento de uma violência simbólica, em especial sobre a mulher negra, em que o rito carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, quando ela se transfigura na empregada doméstica. A autora destaca que isso se deve ao mito de reencenar a democracia racial

E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/ fazendo pirraça/ fingindo inocente/ tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la (Gonzalez, 2020, p. 71).

Ressaltamos a reflexão de Gonzalez (2020) sobre o processo de marginalização do trabalho das mulheres negras

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem (Gonzalez, 2020, p. 199).

Diante dessa perspectiva de Gonzalez (2020) sobre a mulher negra, não podemos analisar isoladamente a articulação entre raça, classe e gênero, que revela uma interdependência das relações de poder e que está sujeita aos limites de interpretação que privilegiam apenas uma dimensão da desigualdade.

Diante disso, discorreremos na próxima seção sobre a concepção de subalternidade daquele sujeito não apenas inserido nas camadas mais baixas da sociedade, como também privado das representações políticas e de participar dos discursos dominantes.

3 DA SUBALTERNIDADE

Nesta seção, abordamos a concepção de subalternidade de Spivak (2010), retomando o significado de Gramsci (2024). A autora, ao resgatar o conceito de subalternidade, adverte que o subalterno não é qualquer sujeito pertencente às camadas mais baixas da sociedade e excluído do mercado de trabalho, mas aquele que é privado das representações políticas e de participar efetivamente dos discursos dominantes.

3.1 Do conceito de subalterno

Gramsci (2024), ao discorrer sobre a história dos grupos sociais subalternos, ressalta que, ao estudar as origens de determinado acontecimento em sua coletividade e sua disseminação, partia-se, muito frequentemente, de motivos não passíveis de comprovação ou passíveis de interpretações diversificadas. Nesse contexto, geralmente se isolava o protagonista e limitava-se a descrever sua biografia patológica e, para as elites sociais, os grupos subalternos, na perspectiva de Gramsci (2024), têm sempre elementos de característica bárbara ou patológica.

Para sustentar esse argumento, o filósofo resgata a biografia do pregador italiano Davide Lazzaretti, conhecido pelo movimento religioso do Jurisdavidismo. Nas biografias estudadas, os políticos não levavam em conta, ou apenas não investigavam, a formação cultural de Lazzaretti, muito menos as tensões e mal-estar que existiam na Itália depois de 1870, à época de seu assassinato. Para Gramsci (2024), a percurso de Lazzaretti “foi visto apenas do ponto de vista do impressionismo literário, embora merecesse uma análise político-histórica” (Gramsci, 2024, p. 6).

Entre os contrapontos indicados por Gramsci (2024) na biografia de Lazzaretti, destacamos que, apesar de Lazzaretti morrer aclamando a república, os próprios republicanos não se preocuparam em investigar ou denunciar sua morte. Ele foi fuzilado e não morto em combate, o Governo instruiu as autoridades sugerindo uma ação planejada pelo Estado. O Governo, por acreditar que elementos da tendência republicana estavam associados a elementos religiosos e proféticos, e que estes eram facilmente difundidos entre os camponeses, deve ter contribuído para exterminar seu protagonista, Lazzaretti. Nesse cenário, nem os republicanos defendiam sua causa, embora deveriam ser seus aliados naturais. Além disso, o Governo enxergava o movimento lazzarettista como uma tendência subversiva, mas os camponeses, sem uma representação política organizada, encontravam nele uma forma de expressar suas reivindicações. Vemos que o autor demonstra que a história do camponês, tido por ele como

grupos sociais subalternos, é reprimida pelo Estado que é pensada para afastar as evidências de enraizamento popular. Nesse contexto de reflexões sobre grupos subalternos, o autor considera que:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada quando o ciclo histórico se completa, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isso, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deveria ser de valor inestimável para o historiador integral; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher (Gramsci, 2024, p. 7-8)

Em relação à questão de grupos subalternizados, aludimos que Gramsci (2024) utiliza o termo subalterno para designar grupos sociais que podem abranger trabalhadores urbanos e rurais, populações marginalizadas e que não controlam as relações de poder, seja o controle econômico, político ou cultural. Isto é, em vez de estar à frente dos processos históricos, esses grupos são frequentemente dirigidos pelos grupos dominantes.

Spivak (2010), no ensaio *Pode o subalterno falar?* retoma o conceito de Gramsci (2024), no entanto o amplia, deslocando para o contexto pós-colonial, enfatizando que a subalternidade resulta da exclusão estrutural dos espaços de poder, de representação e produção de conhecimento e que não pode ser utilizado como sinônimo de qualquer grupo marginalizado. Assim, Spivak (2010) diz que o termo subalterno descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 12).

Nesse ensaio, Spivak (2010) reforça que, se o discurso dos grupos subalternizados não encontra condições institucionais para ser reconhecido como discurso legítimo, as mulheres pertencentes aos grupos subalternos ocupam uma posição de dupla exclusão. Pelos problemas inerentes às posições mais periféricas e, ademais, às questões de gênero. Segundo, Spivak (2010):

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão de gênero não é a participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual

do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos a historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 66-67).

Ainda sobre as questões de gênero, Spivak (2010) reforça que, quando concomitantemente forem assinaladas as questões de raça e classe, a construção do sujeito subalterno, ou melhor, da mulher subalterna, enfrenta uma problemática maior sobre o questionamento que move seu ensaio: pode o subalterno falar? Se tratando do envolvimento dessas três questões, “a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve” (Spivak, 2010, p. 86).

Em nossa análise, mobilizamos os aspectos de gênero, raça e classe para indicar os grupos subalternos e, para os grupos privilegiados, aspectos que ensejam pertencer a uma classe social economicamente mais abastada, que participa de instâncias do conhecimento e de reconhecimento de suas falas.

4 DISCURSO DA VIOLÊNCIA

Nesta seção, abordamos que a acepção de violência pode assumir diversas significações, assim como a violência contra as mulheres assume diversas formas. Para nossa pesquisa, compreendemos o discurso da violência não como um ato, mas como um estado de violência observado a partir de um discurso, tendo em vista a maneira que ele se legitima e naturaliza uma violência contra as mulheres.

4.1 Definições

A violência perpassa a história e se manifesta de diferentes formas e em diferentes esferas sociais, podendo envolver uma intimidação física ou moral de alguém sobre outra pessoa, ensejando uma desigualdade e, às vezes, ameaça à vida. Dessa forma, podemos pensar na violência como um acontecimento, em outras palavras, num ato de violência.

Já a violência contra as mulheres, assume sua significação pela pluralização desta palavra, assim, conforme Hirata *et al.* (2009), as violências são aquelas

[...] praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. O sexismo vulgar, a pornografia, o assédio sexual no local de trabalho também se incluem aí (Hirata *et al.*, 2009, p. 271).

De acordo com essa abordagem, aludimos aos atos de violência. Por outro lado, para nossa pesquisa, é importante salientar que há manifestações de atos de violência e de estados de violência. Para explicitar esses dois conceitos, recorreremos a Michaud (1989), que nos diz que

atos de violência [são aqueles] com contornos e efeitos definidos, ignorando estados de violência mais insidiosos. Tentamos dar uma definição que dê conta tanto dos estados quanto dos atos de violência. "Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais" (Michaud, 1989, p. 10-11).

Para explicar a diferença entre os conceitos de atos de violência e estados de violência, Cano (2012), em resumo, considera pertinente dizer que

os atos de violência são aqueles perceptíveis e possíveis de serem vistos, ouvidos e tocados. Ocorre quando a agressão física está presente e, por consequência, a morte pode acontecer, o sangue pode ser visto e a dor pode ser sentida no corpo. Os estados de violência são relativos à agressão moral, à hegemonia de classes, ao constrangimento às mortes provenientes de falta de cuidados médicos de saneamento básico, da fome e da pobreza (Cano, 2012, p. 25-26).

Nesse sentido, Cano (2012) assevera que não dispôs os dois tipos de violência numa relação hierárquica, mas enfatiza que, da forma como a percebemos, há uma percepção mais clara e uma percepção mais sutil, esta evidencia-se mais difícil de perceber e exige um olhar mais cuidadoso.

Assim sendo, consideramos que a questão do sentido entre ato de violência e estado de violência assume um caráter, podemos dizer, mais tangível, isto é, corpóreo para ato e para estado de violência uma natureza mais simbólica. Corroborando a explanação de Cano (2012) sobre atos e estado de violência, Silva (2013) vai declarar que

[...] Os atos suscitam a ideia de ação sobre o outro que necessariamente liga-se aos aspectos físicos, ao passo que os estados a de estar submetido a certa condição. Embora possa parecer uma definição um tanto evidente, cabe salientar que entre esses termos é mais fácil reconhecer a existência dos primeiros do que dos segundos, uma vez que, em muitas vezes, os estados de violência são assimilados socialmente de modo a se tornarem quase imperceptíveis (Silva, 2013, p. 20).

Compreendendo, então, o modo como configura atos e estados de violência, nossa pesquisa busca articular essas acepções à violência simbólica. A partir das postulações de Bourdieu (2012), resultante de uma dominação masculina sobre as mulheres, passamos, agora, a examinar como o sociólogo discute o tema.

4.2 Violência simbólica

A violência simbólica considerada por Bourdieu (2012) é aquela que, de certa forma, é respeitada para o cumprimento de uma ordem no mundo que transita por seus devidos sentidos, sejam eles únicos, proibidos, próprios ou figurados. As obrigações são respeitadas, não havendo incidência de um número maior de transgressões ou subversões. Nessa ordem, incluem-se ainda, as relações de dominação e, associadas a essas relações, seus direitos, suas imunidades, seus privilégios, suas injustiças que são vistas como aceitáveis e toleráveis.

Nesse viés, Bourdieu (2012) insere a dominação masculina no que ele denomina como violência simbólica pelo modo como ela é imposta e vivenciada, uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente

simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2012, p. 7-8). Diferentemente da violência física ou da coerção explícita, a violência simbólica se manifesta pela linguagem, um estilo de vida ou uma maneira de pensar (Bourdieu, 2012).

Bourdieu (2012) reforça que a dominação masculina e as condições concedidas a ela se encontram firmadas nas estruturas sociais, nas atividades produtivas e reprodutivas fundamentadas na divisão sexual do trabalho de produção, cabendo ao homem a melhor parte.

Como afirma Bourdieu (2012), a violência simbólica é projetada numa lógica oposta à dominação masculina e submissão feminina, que ao mesmo tempo é espontânea e extorquida. Para compreendê-la, devemos estar atentos aos efeitos prolongados decorrentes e impostos pela ordem social, em especial, aqueles exercidos sobre as mulheres.

Ademais, aos sentidos tratados por Bourdieu (2012) para significar violência simbólica, ele destaca que

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu "poder hipnótico" a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima) (Bourdieu, 2012, p. 54-55).

A partir da discussão dos conceitos de ato e estado de violência, bem como o conceito de violência simbólica, para análise do nosso *corpus* tendo em vista a representação da mulher, consideramos para a pesquisa este último conceito.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, tratamos das características próprias do percurso metodológico para a pesquisa em AD. Nesse sentido, abordamos algumas de suas características gerais para analisar o *corpus* e sua relação com as condições sócio-históricas de produção para efeito de sentido nas categorias de sujeito e historicidade. Por fim, delimitamos as categorias que serão utilizadas para análise ao longo desta pesquisa. O *corpus* se constitui de enunciados marcados pelo discurso da violência contra as mulheres provenientes das mídias sociais, em particular de publicações do Instagram, que tratam de representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados. Desse modo, possibilita-se examinar a construção de estratégias discursivas e como elas se articulam para analisar o sujeito que emerge na enunciação e a construção dos efeitos de sentido.

5.1 Delineando a pesquisa

Diante desse quadro que apresentamos ao longo do trabalho, é importante ressaltar que, de acordo com nossos objetivos, é evidenciar o discurso da violência contra as mulheres em enunciados provenientes das mídias sociais, que suscitem que diferentes sujeitos e historicidade emergem quando se trata de cenas nas quais as representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados são tensionadas.

Para consecução da trajetória desta pesquisa, primeiramente, percorremos a história da mulher na Europa, no período de transição do feudalismo para o capitalismo, e no Brasil, colônia e Império, já que o processo forçoso de colonização pelo qual passamos diz muito sobre aquilo que carregamos em nossa memória coletiva, até os dias de hoje, para que, de acordo com nosso problema, possamos verificar, desses enunciados que perpassam a história, a que se devem os processos enunciativos que evocam o discurso da violência.

Isso se justifica devido ao caráter essencialmente interdisciplinar da AD. Percorrem-se outras áreas, tais como a psicologia, a filosofia, a sociologia etc., resultado da hibridação do movimento científico (Maingueneau, 2015). Nesse sentido, o trabalho desta pesquisa direcionado para a confluência com outras disciplinas foi fundamental. Por isso, suscitam outras investigações, tal como o percurso histórico das mulheres. Assim, ao associarmos a história às condições de produção do discurso, podemos compreender os efeitos de sentido que surgem dessa interação. Esses efeitos são constitutivos e imprescindíveis para a AD. Portanto, a análise

não se restringe aos aspectos linguísticos, mas igualmente aos aspectos sócio-históricos. Logo, trata-se de que:

a classe de hipóteses formuladas a título de CP [condições de produção] do discurso garante a passagem continua da história (a conjuntura e o estado das relações sociais) ao discurso (enquanto tipologias que nele se manifestam) *pela mediação de uma caracterização psicossociológica* (as relações do indivíduo com o grupo) de uma situação de enunciação (Courtine, 2009, p. 50).

No que se refere às categorias de análise, foram mobilizadas a noção de sujeito e de historicidade. Ao compreender os efeitos de sentidos dados pela historicidade presentes nos discursos, torna-se possível analisar o sujeito que emerge nos processos de enunciação. Assim, a partir do estudo da história das mulheres, teremos a possibilidade de examinar como os sujeitos são constituídos, como organizam seus dizeres e o porquê desses dizeres correlacionando aos dias atuais (Courtine, 2009).

5.2 Constituição do *corpus*

Consideramos para a constituição do *corpus* os critérios apresentados por Courtine (2009), que devem responder a exigências de exaustividade, da representatividade e de homogeneidade, atentando para as condições de produção em que os enunciados foram gerados para que se observe o reflexo do contexto sócio-histórico, por conseguinte, a historicidade. A exigência de exaustividade estabelece que os fatos discursivos que pertençam a um *corpus* devem ser trazidos à tona pelo pesquisador. Quanto à exigência de representatividade, determina que um fato observado uma única vez não deve indicar uma lei geral e a exigência da homogeneidade ou coerência discursiva. Assim, o *corpus* possibilita alcançar os objetivos específicos desta pesquisa.

Quanto ao *corpus*, ele será constituído por três enunciados derivados da mídia social Instagram, marcados pelo discurso da violência contra as mulheres e que possam ser identificadas as representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados.

Definimos a mídia social Instagram por se tratar de uma mídia social amplamente consumida no Brasil, segundo os dados do relatório Digital Brasil: 2025 da DataReportal³. Além disso, pela facilidade que suas funcionalidades apresentam no quesito compartilhamento de fotos e vídeos. A tabela abaixo apresenta o número estimado de usuários de algumas mídias sociais no Brasil:

³ [DataReportal](#): relatório que busca os dados de uso do tempo on-line da população mundial.

Tabela 5.1 - Números de usuários por mídias sociais no Brasil em 2025

Números de usuários por mídias sociais no Brasil em 2025		
Mídia Social	Usuários no Brasil (milhões)	Porcentagem da população brasileira (%)
YouTube	144	67,8
Instagram	141	66,2
Facebook	112	52,6
TikTok	91,7	56,4 ⁴
LinkedIn	81	38,1
X	16	7,5
Snapchat	6,72	3,2

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do relatório Digital Brasil: 2025

Ademais, sublinhamos que a constituição do *corpus* foi sedimentada no decorrer da pesquisa. Ressaltamos que, desde o início do curso de mestrado, o desejo desta pesquisadora era ter um trabalho que discorresse sobre a questão da violência contra as mulheres. Contudo, era necessário problematizar e entender sobre qual viés essa temática seria trabalhada. Nas discussões do GPLPD, é defendido que se pesquisamos sobre grupos que sofrem violência, que façamos escolha pelos grupos que estão em condições de vulnerabilidade, de subalternização. Se optamos por pesquisar sobre a violência contra as mulheres, que nosso *corpus* seja representativo de mulheres trabalhadoras e como se dá o discurso da violência num espaço de trabalho. Se a escolha for discutirmos a violência contra pessoas LGBTQIAPN+, que a pesquisa seja voltada não para pessoas consideradas celebridades e, sim, para aquelas que sofrem violência no cotidiano, somando-se a isso as discussões sobre o racismo.

Dessa forma, o trajeto metodológico não só incorporou o discurso sobre a violência contra as mulheres, como as questões de classe e raça, questões estas que representam na sociedade hoje uma história de três séculos de escravização de pessoas negras no Brasil.

Ponderando que, “os analistas do discurso não estudam *obras*, eles constituem *corpora*, eles reúnem os materiais que julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito, em função das restrições impostas pelos métodos aos quais decorrem” (Maingueneau, 2015, p. 39), neste caso nos atentaremos ao problema de pesquisa: como os processos enunciativos nas representações de trabalho de mulheres de grupos

⁴ Representa a população com 18 anos ou mais, uma vez o TikTok divulga apenas os dados desses usuários.

subalternizados e de grupos privilegiados nas mídias sociais, particularmente o Instagram, constroem ou diferenciam o discurso da violência contra as mulheres, considerando as diferenças de classe, raça e posição social entre esses grupos?

Nesse sentido, para a constituição do *corpus*, acompanhamos as publicações no Instagram durante os anos de 2024 e 2025. Nesse período, fizemos o levantamento de todo o material que nos parecia trazer algum traço de violência contra as mulheres. Depois, diante de nossa função de produção, selecionamos onze enunciados que evidenciavam historicamente a constituição de um estereótipo ou de uma violência contra as mulheres em relação ao tipo de grupo ao qual elas pertencem, subalternizado ou privilegiado. Desse material, escolhemos três enunciados. A seguir, apresentamos o quadro com nossa primeira seleção de publicações:

Quadro 5.1 – Coleta inicial do *corpus*

Coleta inicial do <i>corpus</i>			
Perfil Instagram	Nome da postagem (legenda)	Data da publicação	Link de acesso
@metropoles	Promotor chama advogada de galinha garnizé: "Faz striptease"	2/abril/2024	https://www.instagram.com/reel/C5RKIH7u5I-/
@thaiscremasco	"Deus me livre de mulher CEO"	20/setembro/2024	https://www.instagram.com/p/DAJ52rKxDbi/
@metropoles	Jornalistas batem boca ao vivo em jornal por lugar de fala: "Você é mulher?"	2/novembro/2024	https://www.instagram.com/p/DB4JQvbpUE4/
@brasildefato	Ministra Marina Silva abandona Senado após ataques misóginos de diversos parlamentares	27/maio/2025	https://www.instagram.com/reels/DKK39zEoCcc/
@marinasilvaoficial	Não seremos silenciadas	11/junho/2025	https://www.instagram.com/p/DKw2dnysUvc/
@soltavozfestival	Veja: faxineira mostra marmita que a patroa deixou para ela comer, e vídeo chama atenção dos internautas	14/julho/2025	https://www.instagram.com/reel/DMGj54RxEBF/
@janaina.pereira.adv	Jovem é reprovada na entrevista de emprego por sua roupa e vídeo viraliza na web	26/agosto/2025	https://www.instagram.com/p/DN1OrUI5OVA/
@noemisferrari	Mulher sofre racismo no primeiro dia de trabalho na farmácia Drogasil	13/setembro/2025	https://www.instagram.com/p/DOelCiSEcnp/
@tauanyjaloto	Coisas que são proibidas na nossa relação de patroa e babá	10/outubro/2025	https://www.instagram.com/p/DPpGXzMkXVp/
@charlesdamacena	Toda mulher deveria ter um trabalho pela internet	3/dezembro/2025	https://www.instagram.com/p/DRzUWmQgCRe/
@mlacombe	Nem no Natal o machismo tira folga	24/dezembro/2025	https://www.instagram.com/p/DSp74QAka0d/

Fonte: elaborado pela autora

Nessa primeira seleção, identificamos três postagens de vídeos que sugerem a presença do discurso da violência contra as mulheres, em que elas estão inseridas nas representações de trabalho. Além disso, dois vídeos indicam que as mulheres pertencem a grupos subalternizados e um indica que a mulher pertence um grupo privilegiado. As postagens que selecionamos para compor o *corpus* são: “Coisas que são proibidas na relação de patroa e babá”; “Veja: faxineira mostra marmita que a patroa deixou para ela comer, e vídeo chama atenção dos internautas” e “Jornalistas batem boca ao vivo em jornal por lugar de fala: ‘Você é mulher?’”.

As demais postagens foram descartadas por inferirmos que o discurso predominante perpassa o machismo ou a misoginia. Apesar de compreendermos que também se trata de um tipo de violência contra as mulheres, não é o foco da nossa pesquisa.

Dessa maneira, a constituição do *corpus* cumpre as exigências conforme Courtine (2009): pela exaustividade, considerando o total de enunciados durante o período mencionado, limitado ao tema discursivo sem apresentar lacunas que comprometam a análise; pela representatividade, uma vez que os enunciados refletem o conjunto de discursos em análise; e pela homogeneidade, levando em conta que os enunciados mantêm uma coerência discursiva em relação ao discurso da violência contra as mulheres.

Além disso, para subsidiar nossos objetivos, é importante destacar que os pressupostos da AD já configuram como metodologia de pesquisa. Nesse sentido, Orlandi (2005) enfatiza que

Sem procurar eliminar os efeitos de evidência produzidos pela linguagem em seu funcionamento e sem pretender colocar-se fora da interpretação - fora da história, fora da língua - o analista produz seu dispositivo teórico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas a tirar proveito delas. E o faz pela mediação teórica. Para que, no funcionamento do discurso, na produção dos efeitos, ele não reflita apenas no sentido do reflexo, da imagem, da ideologia, mas reflita no sentido do pensar (Orlandi, 2005, p. 61).

Assim, o analista recorre aos procedimentos metodológicos da AD baseado em métodos científicos e não se posiciona diante dos enunciados de forma neutra, compreendendo que a linguagem não se faz de modo imparcial.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos a análise do *corpus*, articulando o referencial teórico e os procedimentos metodológicos.

6.1 Autoridade e afetividade? O discurso nas relações do trabalho doméstico

Figura 6.1 – A patroa e a babá



Fonte: captura de tela do perfil do Instagram [Tauany Jaloto](#)

O material para a primeira análise trata-se da postagem do vídeo 1 intitulado “Coisas que são proibidas na nossa relação de patroa e babá”, publicado no dia 10 de outubro de 2025. A postagem foi retirada do perfil da influenciadora identificada como Tauany Jaloto na mídia social Instagram.

De antemão, justificamos o uso dessa postagem e das demais, pois as contas foram criadas em perfis públicos, isto é, essa funcionalidade permite que qualquer pessoa, dentro ou

fora da plataforma, acesse as publicações. Dessa forma, não foi necessária a submissão de processo para parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O perfil @tauanyjaloto conta com mais de 700 publicações e mais de 80 mil seguidores, dados conferidos no mês de novembro de 2025. A proprietária do perfil, no campo da biografia, popularmente chamado de “Bio”, traz os seguintes dizeres: “Maternidade, família e verdades com bom humor!”.

Apesar do perfil de Tauany Jaloto contar com um número relativamente pequeno de seguidores, comparado a outros perfis, de pessoas consideradas celebridades, por exemplo, um dos principais motivos para a escolha da postagem do vídeo 1 se deve à repercussão pelo número de repostagens superior a três mil e a um número expressivo de *reacts*, ou seja, quando um usuário do Instagram se filma reagindo/comentando sobre o vídeo de outro usuário.

O vídeo 1 compreende a análise dos enunciados entre Tauany (a patroa) e Cida (a babá), bem como de alguns elementos da cena (local, posicionamento, roupas, gestos etc.), levando em conta que o processo enunciativo abrange outros elementos para produção de sentido. Para essa análise e as demais deste trabalho, mobilizamos as categorias de sujeito e historicidade para efeitos de sentido.

A seguir, apresentamos a transcrição⁵ do vídeo, evidenciando os recortes que compõem o *corpus* analítico e que são analisados posteriormente:

Coisas que são proibidas na nossa relação de patroa e babá
--

Recorte: 1

Tauany: Coisas que são proibidas na nossa relação de patroa e babá A primeira é que a Cida não pode me chamar de Tauany. Se ela me chamar de Tauany, eu nem respondo. Ela tem que me chamar de Tau, Tatá, <i>best</i> patroa, coisas assim.

Recorte: 2

Cida: Ela não pode brigar comigo quando eu brigo com as crianças no parquinho pra defender o Théo e a Serena, porque eles pegam os brinquedos deles.
--

Recorte: 3

Tauany: Eu não posso brigar quando ela briga com as crianças filhos dos outros, tá, gente? A terceira coisa é que ela não pode ir embora a pé se estiver chovendo ou se estiver de noite. E ela tenta, tá! Ela tenta sair escondido. Eu tenho que forçar, chamar o Nicolas pra conversar sério com ela. Então, não pode! vai ir com a gente até lá onde pega o ônibus, né, Cida?
--

⁵ Transcrição nossa

Recorte: 4

Cida: Isso aí.

Quarta coisa, ela tem que me defender do Nicolas. Não deixar ele brigar comigo.

Recorte: 5

Tauany: Ela apronta e eu tenho que ser álibi ainda, tá?!

A Cida não pode almoçar separado da gente. “Ah, eu quero privacidade”. “Eu quero um tempinho aqui pra ficar batendo papo, fazendo videochamada”.

Que pena! Procura outro emprego aqui, na nossa casa não tem privacidade. A gente gosta de todo mundo vai ficar grudado e ela tem que ficar com a gente, conversando, dando risada e aproveitando a hora do almoço. Mas você gosta, né, Cida?

Recorte: 6

Cida: Adoro.

Sexta coisa, ela tem que sempre comigo fazer as compras, inclusive levar as crianças!

Recorte: 7

Tauany: E a gente sempre sai no prejuízo, gente.

Recorte: 8

Cida: O Nicolas, que lute!

Recorte: 9

Tauany: E a última coisa, que a gente sempre fala que a Cida é como se fosse da nossa família. Mas isso não é recíproco, tá, pessoal? Isso aqui é um desabafo.

E já aconteceu duas vezes, ela já tá avisada. Não veio na sessão de fotos do Natal, porque deu preferência pra irmã de verdade dela. Não veio na festa de um ano das crianças, porque era aniversário da mãe dela. Mas ela, às vezes, tem que ficar com a família dela, né, então a gente foi obrigada a entender. Mas já aconteceu duas vezes, eu falei pra ela que isso não vai ser mais tolerado nessa casa, né, Cida?

Recorte: 10

Cida: A gente tenta programar as datas.

Recorte: 11

Tauany: Isso.

Como primeiro movimento de análise, a fim de contemplar a cena na qual estão inseridas a patroa e a babá, podemos observar na capa de imagem do vídeo, apresentada acima na figura 1, que as mulheres estão, provavelmente, dentro de um ambiente doméstico, considerando que estão confortavelmente sentadas num sofá com almofadas, com uma cortina ao fundo típica de casas residenciais. A patroa é uma mulher branca de cabelos loiros e compridos, vestida com calça comprida preta e blusa nas cores preta e branca. A babá é uma mulher negra, com cabelos presos, vestida com calça preta e blusa de fundo azul estampada com desenhos da Minnie Mouse, personagem do mundo fictício da Disney.

A vestimenta da patroa, nas cores branca e preta, minimalista, e a vestimenta da babá, com estampa da Minnie Mouse, muitas cores, reforçam estereótipos de que as roupas são marcadores sociais. Há de se ressaltar, por oportuno, que a produção discursiva oral em si não é suficiente para mobilizar as relações de poder que vislumbramos no vídeo 1, mas se colocam discursivamente. A assimetria configurada na cena pelas roupas da patroa, que são suavizadas e neutras, supostamente transmitindo um caráter de seriedade, e as estampas coloridas da babá, que comunicam extroversão. Vemos que o discurso de autoridade se evidencia, também, pelas vestimentas usadas, mantendo a exclusão, mesmo “que a Cida é como se fosse da nossa família”

Outro ponto de análise reside no título “Coisas que são proibidas na nossa relação de patroa e babá”, em que a relação da patroa é destacada e colocada acima. A patroa se coloca no primeiro termo da relação, não é uma relação de babá e patroa. A patroa representa um grupo historicamente dominante e reforça a hierarquia entre ambas. Percebemos, no decorrer do vídeo, que a patroa se mantém sentada numa posição superior à da babá, mesmo que as duas estejam sentadas de maneira informal. A babá direciona o olhar para a patroa num movimento de baixo para cima, o que evidencia corporalmente essa assimetria. Isso demonstra a relação de poder entre as duas, assinalando que, mesmo que a cena seja apresentada de forma descontraída e leve, a hierarquia é colocada na cena.

Aqui, observamos a representação da mulher branca dona da casa, que na interação encena a posição de poder que se refere a uma relação historicamente institucionalizada da patroa-empregada doméstica, por isso que, representando essa posição de poder, vemos a patroa mais onipresente na cena. Como isso já é dado historicamente, impacta no já dito.

Segundo Pêcheux (1995), a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva dominante. Na cena, a formação discursiva dominante é a formação que constitui a ideia de patroa ou patrão. Por isso, a forma-sujeito na qual se enquadra a figura da patroa expressa os traços de uma formação discursiva, historicamente constituída, que impacta nesse lugar que ela ocupa de autoridade. Assim, como essa formação discursiva impõe um lugar

para quem é dominado. Nesse sentido, a patroa atribui à babá uma posição mais baixa, evidenciando seu papel de submissão.

Dessa forma, detectamos uma formação discursiva que autoriza a patroa a definir o comportamento da babá, evidenciado pelos enunciados de que um conjunto de regras é definido somente a partir da posição da patroa. Observa-se que as estratégias discursivas para suavizar o poder, implicam em marcadores que são taxativos, tal como “coisas que são proibidas na nossa relação de patroa e babá”, seguido imediatamente por “ela tem que me chamar de Tau, Tatá, *best* patroa, coisas assim”, conforme identificamos nos recortes 1 e 3:

Recorte: 1

Tauany: Coisas que são proibidas na nossa relação de patroa e babá
A primeira é que a Cida não pode me chamar de Tauany. Se ela me chamar de Tauany, eu nem respondo. Ela tem que me chamar de Tau, Tatá, *best* patroa, coisas assim.

Recorte: 3

Tauany: Eu não posso brigar quando ela briga com as crianças filhos dos outros, tá, gente?
A terceira coisa é que ela não pode ir embora a pé se estiver chovendo ou se estiver de noite. E ela tenta, tá! Ela tenta sair escondido. Eu tenho que forçar, chamar o Nicolas pra conversar sério com ela. Então, não pode! vai ir com a gente até lá onde pega o busão, né, Cida?

Como podemos detectar, nesses dois recortes, a estrutura do enunciado é semelhante. A patroa é quem define e apresenta um conjunto de regras que devem ser obedecidas pela babá. Isso evidencia um padrão histórico, no qual o estabelecimento de regras incide na pessoa da patroa, quando ela diz: “A primeira é que a Cida não pode me chamar de Tauany”, bem como “A terceira coisa é que ela não pode ir embora a pé se estiver chovendo ou se estiver de noite”. Observamos nessas regras que elas se destacam pela maneira que reproduzem um efeito de sentido afetivo ou de preocupação e cuidado. “Cida não pode me chamar de Tauany”, por exemplo, evidencia que se a forma de tratamento não é por expressões formais, indica uma suposta proximidade familiar entre elas. Já o enunciado “ela não pode ir embora a pé se estiver chovendo ou se estiver de noite”, da mesma forma, reforça uma aparente relação de cuidado, denotando uma preocupação com o bem-estar e segurança da babá. É preciso, contudo, reforçar que a aparente preocupação com a segurança de Cida pode ser caracterizada como uma deslegitimação profissional, visto que a patroa se empenha em mantê-la no local de trabalho e a babá é impelida a utilizar meios não usuais para sua saída: “ela tenta sair escondido”.

Nesses enunciados, quando retomamos as condições sócio-históricas de produção, vemos que marca a ideia de que a patroa é boa e de que a patroa mantém uma relação familiar com a babá, recurso recorrente desde a formação do Brasil colônia. Isso implica na ideia de que Cida, a babá, fizesse parte da família. Contudo, esses elementos retiram o caráter profissional da babá em detrimento da ideia de que ela se coloca no âmbito da amabilidade, porque gosto, porque os padrões são bons e eu sou da família. É importante lembrar que a expressão “ela é da família” é frequentemente vista hoje associada a denúncias de trabalho análogo à escravidão. Nesse sentido, retomamos a discussão de Gonzalez (2020) sobre o processo de internalização da subordinação, que reforça que “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplex discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p. 48).

Sobre o controle das ações da babá, observamos os recortes 5 e 9:

Recorte: 5

Tauany: Ela apronta e eu tenho que ser álibi ainda, tá?!
A Cida não pode almoçar separado da gente. “Ah, eu quero privacidade”. “Eu quero um tempinho aqui pra ficar batendo papo, fazendo videochamada”.
Que pena! Procura outro emprego aqui, na nossa casa não tem privacidade. A gente gosta de todo mundo vai ficar grudado e ela tem que ficar com a gente, conversando, dando risada e aproveitando a hora do almoço. Mas você gosta, né, Cida?

Recorte: 9

Tauany: E a última coisa, que a gente sempre fala que a Cida é como se fosse da nossa família. Mas isso não é recíproco, tá, pessoal? Isso aqui é um desabafo.
E já aconteceu duas vezes, ela já tá avisada. Não veio na sessão de fotos do Natal, porque deu preferência pra irmã de verdade dela. Não veio na festa de um ano das crianças, porque era aniversário da mãe dela. Mas ela, às vezes, tem que ficar com a família dela, né, então a gente foi obrigada a entender. Mas já aconteceu duas vezes, eu falei pra ela que isso não vai ser mais tolerado nessa casa, né, Cida?

Nos recortes 5 e 9, observa-se que o controle das ações da babá difere das marcas de afeto vistas acima nos recortes 1 e 3. No recorte 5, detectamos elementos explícitos da noção de regra, porém que simula um movimento de aproximação de que Cida é da família e que frequenta o mesmo ambiente familiar. Ao mesmo tempo que Tauany, a patroa, enuncia a regra de que “Cida não pode almoçar separado da gente”, evidenciando uma relação de proximidade,

a patroa enfatiza quem está na posição mais elevada na relação de poder: “Que pena! Procura outro emprego aqui, na nossa casa não tem privacidade”. Embora Cida não possa fazer as refeições separadas da família da patroa, essa regra pode ser considerada como um ato de naturalização da opressão exercida no ambiente de trabalho. Isso, o ato de vigiar e controlar as ações da trabalhadora, mascarado num discurso de familiaridade.

Em continuidade, no recorte 9, vemos que a contradição entre a afetividade, proximidade e as exigências impostas se mantém. A expressão “como se fosse da nossa família” tem um pressuposto, “Cida é como se fosse da nossa família”, mas não é. Isso implica que Cida, na verdade, não é da família. Desse modo, os dizeres da patroa confirmam um não pertencimento de fato. Apesar do tom afetivo desse enunciado, ele mobiliza uma distorção nas delimitações da relação laboral entre afetividade e subordinação.

Na fala “Mas isso não é recíproco, tá, pessoal? Isso aqui é um desabafo.” Notamos que a palavra “desabafo” é utilizada para amenizar o descontentamento da patroa em relação à ausência de Cida nos eventos típicos da cena familiar. Nesse ponto, sobressaem-se os aspectos da ausência de tempo para o privado e tempo para o trabalho de Cida. É significativo que a Tauany, a patroa, não leva em conta que Cida tem sua privacidade, considerando isso de maneira não amistosa. Esse descontentamento é seguido de uma ameaça disfarçada: “E já aconteceu duas vezes, ela já tá avisada”, o que pressupõe que a babá já foi comunicada formalmente sobre as advertências. Tauany, a patroa, estabelece uma hierarquia das relações de poder ocultada pela afetividade e pelo riso. Apesar de sugerir um “desabafo”, as advertências funcionam como um mecanismo de intimidação. Além disso, o emprego da palavra “desabafo” sublinha um ato de compartilhar, isto é, reservado para quem tem uma relação de proximidade, contudo vemos o ocultamento do caráter disciplinador e punitivo. Visto de outra forma, a patroa desloca a responsabilidade para a babá da não participação nos eventos familiares, atribuindo a ela uma ingratidão ou tomando como ofensa pessoal.

Vemos, explicitamente, que os eventos dos quais Cida não participa fogem das atribuições laborais de babá: “Não veio na sessão de fotos do Natal, porque deu preferência pra irmã de verdade dela”. A babá não compareceu à sessão de fotos para acompanhar a “irmã de verdade dela”. Esse protesto revela que a patroa se sente incomodada com a babá priorizando sua família. O incômodo é acentuado pela ausência de Cida no aniversário das crianças: “Não veio na festa de um ano das crianças, porque era aniversário da mãe dela”.

Tais explicações deveriam ser consideradas plausíveis em um contexto habitual, contudo são tomadas como indicativo de descumprimento e lealdade. Tauany, a patroa, assume que foi “obrigada a entender”, porém da nossa perspectiva o tom aponta para o

descontentamento e inaceitabilidade. A noção de que a patroa não aceitou tais explicações expõe que ela espera que Cida atenda a todas as reivindicações da sua família em detrimento da participação nos eventos da família da babá.

Em seguida, Tauany apresenta uma disfarçada permissão: “Mas ela, às vezes, tem que ficar com a família dela, né, então a gente foi obrigada a entender”. Observamos aqui uma sobreposição dos interesses de trabalho sobre a vida privada de Cida, disfarçada por escolhas lexicais que demonstram reiteradas relações de poder: “às vezes, tem que ficar com a família dela” e outras que suavizam o discurso: “então a gente foi obrigada a entender”. Vemos que o processo de formação do Brasil carrega traços ainda contemporâneos, visto que os senhores na sociedade colonial mantinham as pessoas escravizadas que cuidavam das tarefas domésticas mais próximas da casa-grande.

Em face disso, estabelecer as relações de poder, a patroa reitera prontamente o tom disciplinador: “Mas já aconteceu duas vezes”. A reiteração opera como um recurso para justificar a advertência final: “eu falei pra ela que isso não vai ser mais tolerado nessa casa, né, Cida?”. Com isso, Tauany confirma a posição autoritária da relação. Os enunciados revelam práticas opressivas para manter a posição hierárquica da patroa. Assim, nessa posição, Tauany prescreve com autoridade a continuidade ou não da babá no seu vínculo empregatício.

Quanto à posição da babá, ela aparece encenando uma concordância com os enunciados da patroa, muitas vezes sorri e consente gestualmente com a cabeça. Cida, a babá, representa um papel de gratidão, lealdade, integrante da família, mas não completamente, posto que em dados momentos do vídeo 1, Cida encara a patroa com expressões faciais que indicam surpresa, espanto ou dúvida diante do enunciado pela patroa e isso é reforçado pela legenda: “eu hein” e “alguém me ajuda” quando a babá é enquadrada na cena. Os enunciados de Tauany, em grande parte, são acompanhados de movimentos de mãos com o indicador em riste apontando para a babá. Aqui observamos, mais uma vez, que a construção discursiva e de outros elementos da enunciação representa que a patroa busca determinar quem detém as relações de poder. Vemos aqui que o sujeito é interpelado pela ideologia de sujeito subordinado. Isso evidencia que já somos sempre sujeitos; “o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia” (Orlandi, 2005, p. 46), pois o sujeito é levado a aceitar, mesmo que em tom de brincadeira. Afetada, também, pelo imaginário das construções sociais, de uma suposta relação afetiva e parte da família, contudo o riso (da patroa) opera como um mecanismo de estabelecimento de normas. Enquanto vemos também que essas relações hegemônicas de poder podem e devem ser questionadas. Na medida em que o sujeito é interpelado por sua ideologia, corroborado por Orlandi (2005), ele também questiona essa relação hegemônica, vista em Gramsci (2024),

levando em consideração que a babá ora consente, ora questiona, seja por meio das reações faciais ou inclusão das legendas mencionadas.

Em relação à historicidade, observamos pelos enunciados o texto como discurso ligado à história das mulheres empregadas domésticas, que se espera que elas exerçam uma servidão, gratidão e renúncia. Isso é enfatizado pelo enunciado de Tauany de que Cida estaria com a “família de verdade”. Assim, os efeitos de sentido são percebidos pela naturalização das regras impostas, pela culpabilização da babá por ter sua própria vida familiar, pela submissão consentida: Cida responde do seu lugar subalterno, devido às condições sócio-históricas de produção do discurso, o lugar do sujeito de produzir discursos não o legitima como um discurso efetivamente reconhecido Spivak (2010).

Na análise do vídeo 1, constatamos presente uma violência simbólica considerada por Bourdieu (2012), que de certa forma cumpre um lugar no mundo e nas relações de poder, as violações de direitos são consideradas aceitáveis e toleráveis. Nesse sentido, vemos que a relação entre a patroa e a babá, pelos recortes analisados, reafirma a patroa em sua posição de opressora. Pela autoridade dada como empregadora, ela não considera que as atribuições da babá sejam somente o cuidado com as crianças. Acrescido a isso, a patroa faz exigências para atender aos desejos da família. Desse modo, Cida, a babá, deveria abdicar de seu tempo e convívio familiar para dedicar-se exclusivamente à família da patroa. Isso demonstra uma violência simbólica camuflada de afetividade e pertencimento familiar, que, da posição subalternizada de Cida, dificulta que ela identifique o discurso da violência e se oponha a ele.

Nesse sentido, vemos que Cida emerge como sujeito nessa interação de lugar pré-determinado, que historicamente se enquadra no estereótipo de submissão, realçado na interação pela posição abaixo no sofá, pelos gestos de consentimento às regras impostas, pelas supostas ações de proximidade familiar. Da sua posição, ela vai se sujeitando ao estado de violência, pois dissimulando afetividade, a patroa simultaneamente constrange. Esse sujeito formado pelo discurso da violência naturaliza as desigualdades, de um sujeito submisso sem falhas, decorrentes de um discurso histórico das formações de relação de poder.

Compreendemos que o sujeito, Cida, que emerge das interações, é aquele que consente a relação dada entre ela e a patroa, isto é, uma relação que a própria babá tivesse escolhido. Disso detectamos que esse sujeito é aquele historicamente construído dos processos de dominação. Apesar de a patroa se apresentar de forma descontraída e permeada pelo riso, não difere das formações sociais condicionadas aos papéis pré-determinados de empregador e empregado. Vemos, ainda, o papel da patroa e da babá refaz aquilo que foi formulado anteriormente e esquecido, contudo determina o que dizemos (Orlandi, 2005). Nas mídias

sociais, isso é reforçado, pois o espaço digital predomina um espaço que vincula a aparência. Essa aparência, para autores como Bourdieu (2012), por exemplo, é compreendida como um poder simbólico que, com instrumentos de conhecimento e comunicação, estabelece um poder de construção da realidade que tende a estruturar certos tipos de ordens.

Depreendemos disso que as relações de trabalho vêm de uma historicidade da constituição escravocrata do nosso país, que configuram a violência e a negação da vida da pessoa escravizada, contudo os senhores se mostram de boas famílias e bons cristãos para a sociedade, típico do Brasil colônia. Na nossa análise, vemos um discurso da violência contra Cida, a babá, porque ela está ali na sua condição de mulher, ocupando um trabalho tradicionalmente associado à mulher no cuidado com as crianças.

Por fim, constatamos que essa relação entre Tauany e Cida, a patroa e a babá, não se encontra nos grupos privilegiados. Não encontramos proprietários ou empregadores, por exemplo, de escritório de engenharia ou de consultórios médicos, exigindo publicamente, ou nas mídias sociais, que engenheiros e médicos participem de eventos familiares. Torna-se evidente, portanto, que a relação analisada é constituída e se insere no discurso da violência contra as mulheres porque incide no papel colocado para as mulheres de cuidado com as crianças.

6.2 Hierarquia e cuidado? Ainda sobre o discurso nas relações do trabalho doméstico

Figura 6.2 - Marmita da faxineira



Fonte: captura de tela do perfil [Soltavozfestival](#)

Nosso segundo discurso para análise selecionamos o vídeo 2, denominado como “Veja: faxineira mostra marmita que a patroa deixou para ela comer, e vídeo chama atenção dos internautas”. Trata-se de um vídeo amplamente compartilhado, cuja origem não conseguimos rastrear. Identificamos a mesma publicação datada desde o ano de 2023 em mídias sociais diversas, entre elas Facebook e TikTok, embora seja postado em diferentes perfis e mídias sociais diversas. Contudo, consideramos emblemático pela forma como viralizou e por ser postado em alguns perfis que denotam credibilidade, tal como o perfil no Instagram da agência de consultoria Help Doméstica e Babá. A publicação, do ano de 2025, conta com aproximadamente 60 mil visualizações neste ano.

Neste vídeo 2, uma mulher que se identifica apenas como faxineira relata o ocorrido durante o horário de almoço. A gravação realizada, provavelmente dentro da cozinha da casa na qual está trabalhando, já que podemos visualizar um fogão e sobre ele estão posicionadas uma panela e uma embalagem de marmita. Essa organização sugere efetivamente se tratar de uma cozinha residencial. No decorrer do vídeo, uma mulher negra aparentemente jovem de

cabelos soltos, maquiagem discreta e expressão facial séria. Ela veste uma blusa branca e utiliza um avental branco com detalhe vermelho ao redor.

Acreditamos que o conteúdo e a identificação dessa marmita que levou a trabalhadora doméstica a publicar o vídeo indagando sobre o suposto fato que, em suas palavras, é tido como um descaso. A consideração de desvalorização e descaso é sustentada ao longo do vídeo pela mulher faxineira por haver um tratamento diferenciado na compra das marmitas dos residentes da casa e a sua. De acordo com seu relato, a identificação da sua marmita apenas como “faxineira” e, ao abrir a embalagem, ela mostra aspectos específicos do alimento recebido aquém do alimento dos demais integrantes da casa. Por esse motivo, apontamos que a mulher faxineira considera um descaso.

Anterior à análise do discurso contido no vídeo 2, “Veja: faxineira mostra marmita que a patroa deixou para ela comer, e vídeo chama atenção dos internautas”, apresentamos na íntegra sua transcrição⁶:

Enunciadora: “Gente, eu sou faxineira nessa casa, e hoje eu vim fazer faxina aqui nessa casa, o que que acontece? Chegou num horário, ó, 2 horas da tarde, eu vim comer agora, aí minha patroa pediu uma marmita pra mim, né? E tinha mais 4 marmitas, só que as 4 marmitas não estavam aqui em cima do fogão, as 4 marmitas estavam em cima da mesa, né? Tinha lá filé mignon, tinha só marmita boa. Aí eu falei assim, ah, qual que é a minha marmita, né? Ela falou assim, ah, sua marmita tá lá na cozinha, e tem, é, tá escrito, tem o seu nome, né? Aí, né, eu cheguei aqui, gente, olha o descaso, gente, marmita da faxineira. Beleza, tá aí tudo bem, né, que ela colocou pra identificar, pra mim, eu comer marmita errado, já achei um absurdo, mas enfim, né? Aí, a hora que eu abri, gente, a marmita, olha isso daqui.

Gente, tem condições de comer marmita? Olha esse arroz, olha aqui, olha gente, marmita da faxineira. Olha, eu nunca passei, gente, eu tô revoltada, porque eu nunca passei por tanta humilhação trabalhando de faxineira. Primeiro, pra que fazer isso? Marmita da faxineira.

Gente, até aí tudo bem, mas olha a marmita que ela pediu pra mim, não tem uma verdura, não tem um legume. Gente, vocês acham certo isso?”

Ressaltamos que, no decorrer desta análise, por questões de fluidez, utilizamos o termo Enunciadora para nos referirmos à mulher que se identifica como faxineira. A escolha se

⁶ Explicitamos que as transcrições neste trabalho conferem os gaguejos, repetições, erros de concordância, interjeições etc. tal qual como reproduzido pelo falante.

justifica porque no material que compõe o *corpus* ela mesma não menciona seu nome próprio, além disto, por estar em consonância com procedimentos teórico-metodológicos adotados, que privilegiam o processo enunciativo do sujeito no discurso.

No contexto geral do *corpus* analisado, compreendemos a manifestação do discurso da violência contra a mulher que é uma trabalhadora no âmbito doméstico. Identificamos um discurso da violência contra a mulher no que diz respeito à sua condição de trabalho, é compreendida como inferior, haja vista o espaço que a marmita foi deixada para a Enunciadora e como estava identificada na embalagem, marcando as relações de trabalho por evidências estabelecidas pela indicação do espaço de trabalho da Enunciadora e o espaço de refeição da patroa, a “comida da patroa” deixada sobre a mesa e a “comida da faxineira” deixada sobre o fogão. Especificamente, o local, a cozinha em que foi deixada a marmita e sua identificação constituem marcas discursivas que expõem espaços sociais distintos no ambiente doméstico. Além disso, a distinção se faz não apenas pela identificação da refeição, mas sobre o local onde ela foi colocada. A marmita da Enunciadora é deixada no local associado às atividades de trabalho doméstico e não em um espaço compartilhado, como a sala para refeições ou mesa destinada para esse fim. Dessa forma, a organização dos objetos e dos locais da casa produz efeitos de sentido que afirmam as posições entre quem ocupa a posição de poder.

Diante desse contexto, lembramos que Spivak (2010), reflete sobre a história das mulheres indianas do lugar entrelaçado e inquietante ocupado no período pós-colonial. No caso da enunciadora, conforme Spivak (2010) seu lugar de subalternidade não decorre somente da exploração econômica, mas principalmente da impossibilidade de ocupar um legítimo lugar de enunciação.

Nesse sentido, identificamos a materialização do discurso da violência contra a mulher, que faz distinção entre as relações de trabalho, lugares socialmente distintos, bem como a patroa que define o que a Enunciadora faxineira deve ou não comer. Isso pode ser interpretado como uma forma de violência simbólica, uma vez que contribui para naturalizar a posição de subalternidade no contexto do trabalho doméstico. Desse modo, constatamos a continuidade de uma herança patriarcal do Brasil em que as relações de trabalho doméstico são exercidas por mulheres e as condições de trabalho são marcadas discursivamente por elementos que diferenciam e reforçam fronteiras simbólicas entre pertencimento e exclusão.

Sobre essa herança, Gonzalez (2020) enfatiza que é “desnecessário dizer que, nos centros urbanos, [as mulheres negras de baixa renda] começavam a trabalhar ‘em casa de família’[...]” (Gonzalez, 2020, p. 89). Além disso, vemos que a continuidade da mulher negra no trabalho doméstico sugere que antes “muitas vezes exploradas pelo seu senhor e pelo seu

patrão nos dias de hoje [...]” (Gonzalez, 2020, p. 231). A partir dessa reflexão de Gonzalez (2020), percebemos como a historicidade atua nesse modo de dizer: “Ela falou assim, ah, sua marmita tá lá na cozinha”, e depois, como esse sujeito que emerge, revela um discurso da violência ou um estereótipo ligado à ideia de patrão. Esse sujeito sobre quem se fala no discurso no vídeo 2.

No recorte 1, constatamos que os espaços familiares ocupados pelos sujeitos são determinados simbolicamente. Neste enunciado, observamos que as refeições são diferidas pelo móvel onde elas são depositadas ou parte da casa em que este móvel está disposto. O móvel usado para depositar a marmita e o espaço onde se encontra este móvel na residência desempenham efeitos para a produção de sentido e reforçam o estabelecimento entre os sujeitos e seus respectivos lugares sociais.

Recorte: 1

Enunciadora: Gente, eu sou faxineira nessa casa, e hoje eu vim fazer faxina aqui nessa casa, o que que acontece? Chegou num horário, ó, 2 horas da tarde, eu vim comer agora, aí minha patroa pediu uma marmita pra mim, né? E tinha mais 4 marmitas, só que as 4 marmitas não estavam aqui em cima do fogão, as 4 marmitas estavam em cima da mesa, né?

A cena do vídeo provavelmente se passa na cozinha, pois na filmagem podemos visualizar um fogão e sobre ele está a marmita da qual se refere a Enunciadora: “aí minha patroa pediu uma marmita pra mim, né?”. Contudo, a marmita pertencente à Enunciadora não se encontra sobre a mesa onde as outras marmitas foram deixadas, e sim sobre o fogão: “E tinha mais 4 marmitas, só que as 4 marmitas não estavam aqui em cima do fogão, as 4 marmitas estavam em cima da mesa, né?”.

Compreendemos no enunciado do recorte 1 acima que houve uma preocupação ou uma atenção para a compra também de uma marmita para a Enunciadora. Apesar de ser favorecida com uma refeição, isso não é marcado como uma divisão entre as pessoas e sim, algo que nesse momento da distribuição das refeições reatualiza as diferenças entre classes sociais. Uma distribuição que reforça os lugares subalternizados. Tais situações eram vistas nas relações das mulheres negras escravizadas que cuidavam das casas dos senhores: essas mulheres cuidavam de todos os afazeres e do cuidado pessoal dos donos da casa, porém a circulação e permanência eram restritas e o controle sobre os alimentos que podiam ser oferecidos era, na maioria das vezes, de qualidade inferior.

Podemos depreender, também no recorte 1, que a não possibilidade da Enunciadora de compartilhar a mesa com a família do patrão constitui um elemento relevante para a percepção das relações de poder e hierarquia social representado pelo enunciado. Outros elementos contribuem para identificar aqueles que pertencem à casa do patrão, daqueles que ocupam os espaços que supostamente pertencem somente aos trabalhadores domésticos, ou de sujeitos que historicamente estão vinculados à condição de pessoas escravizadas. Entre esses elementos, destacamos os trajes, que reiteradamente são usados para evidenciar uma diferenciação social. Por exemplo, a utilização de roupas brancas como uniforme, tal qual a Enunciadora usa, isso opera como forma de identificação e de limites entre os grupos subalternizados e grupos privilegiados.

Isso pode ser constatado no próximo recorte que a continuidade desse tratamento tido nas relações de trabalho doméstico vivenciadas hoje são consideradas, aparentemente, como naturais, pois oferecer um alimento de qualidade inferior e marcar a marmita da Enunciadora como “marmita faxineira”, evidenciando assim uma formação discursiva impregnada de um discurso que representa uma formação ideológica que expressa uma estigmatização, além de nos parecer que o lugar de trabalho da Enunciadora é um lugar subalterno. O não dito “a sua comida é diferente”, pressupõe que o seu lugar social é deliberadamente diferenciado. A Enunciadora que ocupa determinado espaço faz jus a quê? Qual tipo de alimento deve ser servido a ela?

Recorte 2:

Enunciadora: Tinha lá filé mignon, tinha só marmita boa. Aí eu falei assim, ah, qual que é a minha marmita, né? Ela falou assim, ah, sua marmita tá lá na cozinha, e tem, é, tá escrito, tem o seu nome, né? Aí, né, eu cheguei aqui, gente, olha o descaso, gente, marmita da faxineira.

No recorte 2, constatamos pelo enunciado da Enunciadora que nas marmitas destinadas aos familiares da patroa há evidências de comida de qualidade, pois filé mignon é considerado uma carne de primeira qualidade e de custo consideravelmente mais alto que os demais tipos de carne: “Tinha lá filé mignon, tinha só marmita boa”.

A diferenciação entre as marmitas se dá por dois motivos pelo relato da Enunciadora no recorte 2: primeiro, pelo lugar onde a marmita da Enunciadora foi colocada e segundo, pela identificação: “marmita faxineira”.

A patroa respondeu à Enunciadora que sua marmita estava personalizada com o seu nome: “Ela falou assim, ah, sua marmita tá lá na cozinha, e tem, é, tá escrito, tem o seu nome, né?” A identificação pelo nome de qualquer pessoa pressupõe algo muito particular e único para cada pessoa. Ao declarar que o nome da Enunciadora se apaga pela função que ela está exercendo na casa da patroa, expõe-se uma naturalização de que a patroa, no seu papel dominante, nomeia de forma desumanizante fazendo parecer que aquele ato faz parte do cotidiano. Tal estratégia discursiva contribui para reforçar essa construção de uma representatividade marcada pela desumanização, uma vez que a Enunciadora é privada de características que afirmam sua individualidade e pertencimento. A Enunciadora é colocada numa posição de inferioridade, já que ali existe uma “comida da faxineira” e pressupõe-se que há uma “comida da patroa”. O que verificamos no discurso do vídeo 2, exatamente a existência dessa diferença. Essa forma de marcar “marmita faxineira” revela, também, traços de um lugar social marcado por hierarquia e delimitação simbólica entre os sujeitos. Ainda nessa discussão, podemos dizer que essa condição nos faz lembrar a historicidade das relações escravocratas, nas quais as pessoas escravizadas eram seguidamente reduzidas à condição da força de trabalho, tendo sua humanidade e subjetividade regularmente negadas.

Nesse sentido, vemos a violência simbólica sustentada sem agressão física e que não vemos a patroa humilhar ou insultar a Enunciadora, um discurso da violência contra as mulheres, mulheres trabalhadoras domésticas presente numa dinâmica que não se manifesta de forma explícita, mas também por meio de situações cotidianas naturalizadas, que produzem e reproduzem processos de subalternização. Verificamos que este tipo de violência ocorre devido à patroa se sentir autorizada a definir, já que ela detém a distribuição do capital, o que é posto no campo social: determinando o que a Enunciadora pode alimentar, que tipo de alimento é consumido pela Enunciadora e que tipo de alimento é consumido por ela, os espaços que o alimento ocupa (a marmita da Enunciadora sobre o fogão e a marmita da patroa sobre a mesa). A hierarquia social é evidenciada ao determinar que o alimento de quem serve não é o mesmo de quem domina.

Nesse sentido, vale lembrar que determinadas práticas historicamente relacionadas ao trabalho doméstico, ao longo do tempo, foram tratadas como se fossem naturais, contribuindo para a manutenção de posições hierárquicas e para perpetuar mecanismos sutis de violência simbólica. Apesar de a Enunciadora questionar o alimento da marmita recebida e de divulgar o ocorrido nas mídias sociais, o que supõe uma divulgação de uma manifestação e de insatisfação para seu público, isso não significa necessariamente uma não aceitação da situação, a qual pode ser considerada humilhante. O fato de o discurso girar em torno da figura do patrão, sem que

ele apareça diretamente no enunciado, marca a continuidade dessa desvalorização profissional e o tratamento inferior em relação a outras ocupações que configuram aspectos recorrentes desse processo. Spivak (2010) reforça esse aspecto de que o grupo subalterno não é qualquer sujeito marginalizado, mas aquele excluído das instâncias políticas e sociais e impossibilitado de participar dos discursos dominantes.

Recorte: 3

Enunciadora: Beleza, tá aí tudo bem, né, que ela colocou pra identificar, pra mim, eu comer marmitta errado, já achei um absurdo, mas enfim, né? Aí, a hora que eu abri, gente, a marmitta, olha isso daqui.

No recorte 3, constatamos de certa forma uma aceitação da Enunciadora da marcação da patroa “marmitta faxineira”, antes de abrir a marmitta e verificar o seu conteúdo: “Beleza, tá aí tudo bem, né, que ela colocou pra identificar, pra mim, eu comer marmitta errado, já achei um absurdo, mas enfim, né?”. Essa aceitação, num primeiro momento, evidencia, pelo processo de construção do trabalho doméstico no Brasil, arraigado do papel de servidão exercido pelas trabalhadoras, ainda que o pensamento dessas trabalhadoras seja nutrido pela lógica das relações de servidão mantida, também, por um consenso cultural. As trabalhadoras domésticas têm como normais certas práticas como: “silenciosamente” aceitar humilhações ou receber tratamento inferior às demais profissões. Outra evidência que podemos constatar é que esse lugar de trabalho da Enunciadora é aceito como subalterno, o outro recebe certos privilégios por ser de um grupo dominante que a Enunciadora não alcança. Em seguida, após o discurso que supostamente revela uma certa aceitação da marmitta estar marcada de “faxineira”, vemos a cena em que a Enunciadora abre a marmitta. Nesse momento, a fala da Enunciadora assume uma postura de indignação e revolta pelo alimento que é visto dentro da marmitta atribuída a ela. No recorte 4, podemos verificar isso.

Recorte: 4

Enunciadora: Gente, tem condições de comer marmitta? Olha esse arroz, olha aqui, olha gente, marmitta da faxineira. Olha, eu nunca passei, gente, eu tô revoltada, porque eu nunca passei por tanta humilhação trabalhando de faxineira. Primeiro, pra que fazer isso? Marmitta da faxineira.

Gente, até aí tudo bem, mas olha a marmita que ela pediu pra mim, não tem uma verdura, não tem um legume. Gente, vocês acham certo isso?

A cena associada ao recorte 4 é representada pela Enunciadora abrindo a marmita e constatando que a sua é diferente da marmita da patroa. Na sua marmita, podemos observar pela gravação que há um arroz revirado e pedaços de uma carne não identificada. A partir do momento em que relata o conteúdo da marmita, a Enunciadora se coloca em evidência na cena e questiona as condições em que recebeu a marmita e seu conteúdo, deixando claro que esse tratamento não condiz com o tratamento já recebido: “porque eu nunca passei por tanta humilhação trabalhando de faxineira”. A estrutura usada pela Enunciadora “eu nunca passei por tanta humilhação” supõe que ela passa por algum outro tipo de humilhação em outros espaços, nessa cena, contudo, o sentimento foi intensificado pelo uso do advérbio.

Outro questionamento é direcionado aos possíveis interlocutores, levando em consideração que o vídeo foi postado em mídia social em que a funcionalidade “comentar” pode ser acionada: “Gente, vocês acham certo isso?” A Enunciadora, mesmo que o enunciado aponte para a situação de grupos subalternizados, esse questionamento final nos parece ser um indicativo de resistência. Percebemos pela historicidade que os sujeitos que ocupam lugares subalternizados reivindicam certas questões de direitos fundamentais, que se mobilizam para reivindicar questões de caráter restrito e parcial (Gramsci, 2024).

Ainda no recorte 4, a Enunciadora retoma que a identificação “marmita faxineira” é aceitável: “Marmita da faxineira. Gente, até aí tudo bem [...]”. Isso reforça que a exposição do seu lugar social, como trabalhadora doméstica, implica nas definições do que é da patroa e o que é da Enunciadora. Evidenciamos que há certos marcadores que determinam a hierarquia social, “marmita da patroa” e “marmita da faxineira”, que para os grupos subalternizados se traduzem em expectativas próprias do seu grupo, portanto revela que as relações no âmbito do trabalho doméstico se mantêm profundamente associadas à desvalorização desse trabalho, principalmente, o trabalho de mulheres negras pertencentes aos grupos subalternizados ocupando posições de cuidado e limpeza.

Dessa forma, a análise apontou não apenas o discurso da violência contra as mulheres, mas também mecanismos pelos quais eles se materializam e se tornam de certa maneira socialmente invisibilizados, constituindo uma violência simbólica. Além disso, compreendemos que o sujeito, patrão, que emerge do discurso da Enunciadora, é aquele que percorre o imaginário das relações de poder e que determina os rumos da sociedade, tal como

vimos que o padrão é que determina o alimento da Enunciadora. Assim, isso sugere que, esse sujeito é aquele historicamente construído advindo dos processos de dominação.

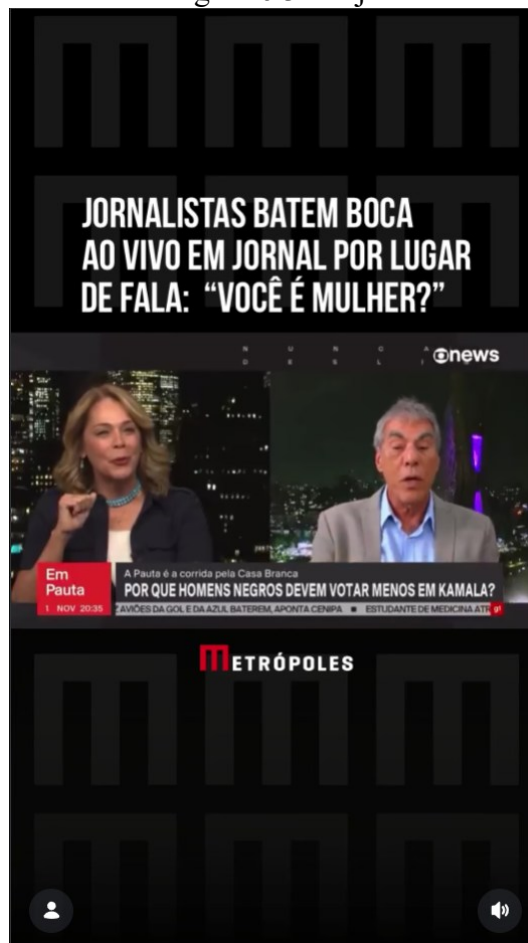
6.3 Você é mulher? sobre o discurso nas relações do trabalho midiático

Tratamos no vídeo 3 da perspectiva do discurso da violência contra as mulheres que não ocorre no ambiente familiar e com mulheres que presumivelmente pertencem a grupos privilegiados. No discurso do vídeo 3, apresentamos a situação ocorrida no jornal Globo News entre os jornalistas Sandra Coutinho e Demétrio Magnoli, no dia 1º de novembro de 2024. Na ocasião, os dois jornalistas comentavam sobre a eleição presidencial dos Estados Unidos (EUA) quando, em um certo momento, a jornalista foi interrompida pelo comentarista. A comentarista Sandra Coutinho argumentava que o eleitorado não queria a candidata a presidente, Kamala Harris, por questões de gênero e que, apesar desse posicionamento, esse eleitorado não se assumia como misógino.

Abaixo, transcrevemos⁷ um compilado da transmissão e que repercutiu nas mídias sociais em diversos perfis de diferentes segmentos de usuários:

⁷ Transcrição nossa

Figura 6.3 - A jornalista



Fonte: captura de tela do perfil do Instagram [Metrópoles](#)

“Sandra Coutinho: Desculpa, mas nesse assunto, eu sei que pauta identitária ninguém mais tem paciência, mas quem tem lugar de fala sou eu. O caminho para as mulheres é mais difícil.

Demétrio Magnoli: Não, não. Eu também tenho lugar de fala.

Sandra Coutinho: É mais difícil. É mais difícil as pessoas...

Demétrio Magnoli: Não, eu tenho lugar de fala também porque eu sou um analista político.

Sandra Coutinho: Não. Como mulher?

Demétrio Magnoli: Não, não, não.

Sandra Coutinho: Você é mulher?

Demétrio Magnoli: Veja, eu analiso o voto de todos os setores do eleitorado em qualquer país.

Sandra Coutinho: Eu sei, meu amor, mas acontece que a misoginia é uma coisa real.

Demétrio Magnoli: Isso é uma questão profissional, Sandra. Eu faço análise política de todos os setores do eleitorado [...]

Sandra Coutinho: Eu estou querendo te dizer.

Demétrio Magnoli: [...] em países diferentes.

Sandra Coutinho: mas você tá *mansplaining* pra mim, né? algo que tô tentando dizer como mulher, é curioso né?

Demétrio Magnoli: Então isso é uma questão profissional. Se você diz que eu não posso analisar o comportamento de parte do eleitorado [...]

Sandra Coutinho: Não disse isso, Não foi isso que eu disse.

Demétrio Magnoli: [...] neste ou naquele país, você tá proibindo que eu exerça a minha profissão.

Sandra Coutinho: Você está torcendo minhas palavras, não foi isso que eu disse.

Não, não, não. De jeito nenhum.

Demétrio Magnoli: Sim.

Sandra Coutinho: Eu não estou de jeito nenhum dizendo isso. De jeito nenhum. Eu não estou de jeito nenhum dizendo isso.”

Como podemos observar na transcrição acima, a jornalista Sandra Coutinho se desculpa por abordar o tema da pauta identitária: “Desculpa, mas nesse assunto, eu sei que pauta identitária ninguém mais tem paciência [...]”. Vemos que isso revela que, mesmo diante do lugar de destaque como comentarista no programa jornalístico, sua autoridade deve ser legitimada pelo jornalista Demétrio Coutinho. Compreendemos aqui as condições sócio-histórica, de produção do discurso e pela história das mulheres no Brasil, que a qualificação do posicionamento das mulheres passa pelo mecanismo de poder do homem (Del Priore, 2014; 2020).

Em seguida, a jornalista enfatiza que o percurso das mulheres é mais difícil. Esse tema, é, sim, uma discussão que podemos revisar nas autoras Federici (2023) e Del Priore (2014;2020). A trajetória da história das mulheres é atravessada por imposições ditadas pela família, na figura do patriarca, pela Igreja e pelo Estado: “O caminho para as mulheres é mais difícil.”. Por isso, Sandra Coutinho ressalta que se sente segura de dizer que “quem tem lugar de fala sou eu”, por ser mulher e poder falar da ótica da experiência feminina.

É importante destacar, e isso pode ser conferido na reprodução do discurso do vídeo 3, que a todo momento o jornalista Demétrio interrompe o discurso de Sandra Coutinho. Ele também afirma ter lugar de fala, se sente autorizado a comentar por ser um analista político.

Para esse comportamento masculino em relação às mulheres, qualificado como um tipo de violência contra as mulheres, é usado o termo em inglês “mansplaining”. O termo é explicado na cartilha “Viver sem violência um direito de toda mulher” produzida pelo Poder Judiciário de Mato Grosso:

Mansplaining: é uma mistura de dois termos em inglês: “man” (homem) e “splaining” (explicando), que se refere à situação em que um homem começa a explicar algo para uma mulher, mesmo sem necessidade, subestimando sua capacidade de compreensão.

Isso acontece quando um homem tenta ensinar coisas óbvias para uma mulher, como se ela não conseguisse entender sozinha, ou ainda quando o homem decide explicar para a mulher algum tópico em que ela possui muito mais conhecimento (Mato Grosso, [2025?], p. 14).

Podemos identificar o comportamento explanado considerando o recorte 1 abaixo, onde as marcações com reticências entre colchetes sinalizam as interrupções.

Recorte: 1

Sandra Coutinho: Não. Como mulher?

Demétrio Magnoli: Não, não, não.

Sandra Coutinho: Você é mulher?

Demétrio Magnoli: Veja, eu analiso um voto de todos os setores do eleitorado em qualquer país.

Sandra Coutinho: Eu sei, meu amor, mas acontece que a misoginia é uma coisa real.

Demétrio Magnoli: Isso é uma questão profissional, Sandra. Eu faço análise política de todos os setores do eleitorado [...]

Sandra Coutinho: Eu estou querendo te dizer.

Demétrio Magnoli: [...] em países diferentes.

Sandra Coutinho: mas você tá mansplaining pra mim, né? algo que tô tentando dizer como mulher, é curioso né?

Demétrio Magnoli: Então isso é uma questão profissional. Se você diz que eu não posso analisar o comportamento de parte do eleitorado [...]

Sandra Coutinho: Não disse isso, Não foi isso que eu disse.

Demétrio Magnoli: [...] neste ou naquele país, você tá proibindo que eu exerça a minha profissão.

Sandra Coutinho: Você está torcendo minhas palavras, não foi isso que eu disse.

Não, não, não. De jeito nenhum.

Demétrio Magnoli: Sim.

Sandra Coutinho: Eu não estou de jeito nenhum dizendo isso. De jeito nenhum. Eu não estou de jeito nenhum dizendo isso.”

Percebemos que a jornalista é interrompida pelo jornalista Demétrio em diferentes momentos. Ele enfatiza seu conhecimento para analisar diferentes setores do eleitorado independentemente do país: “Veja, eu analiso um voto de todos os setores do eleitorado em qualquer país”. A questão que a jornalista empenha em expor é sua experiência feminina, material e histórica, interrogando-o se o jornalista era mulher. Vislumbramos um discurso autoritário que, por ser especialista, relativiza a experiência feminina. Constatamos, também, a ênfase do comentarista Demétrio ao negar os questionamentos de Sandra Coutinho de forma insistente e repetida: “Não, não, não”.

Pela historicidade, podemos considerar o comportamento designado “mansplaining”, como produto do patriarcado, haja vista que esse mesmo comportamento revela ações semelhantes que coloca o homem como detentor da vida das mulheres e direcionador de seus modos de agir (Del Priore, 2014; 2020).

Além disso, é possível estabelecer uma associação significativa entre “mansplaining” e violência simbólica. Aqui vemos a construção do poder simbólico da profissão, o homem não agride diretamente a mulher, mas invalida sua competência, autoridade e a experiência feminina. Verificamos essa relação de violência simbólica, entre o episódio dos jornalistas Sandra e Demétrio e o exemplo que Bourdieu (2012) traz similar, ao fato:

Quando elas participam de um debate público, elas têm que lutar, permanentemente, para ter acesso à palavra e para manter a atenção, e a diminuição que elas sofrem é ainda mais implacável por não se inspirar em má vontade explícita e se exercer com a inocência total da inconsciência: cortam-lhes a palavra, orientam, com a maior boa-fé, a um homem a resposta a uma pergunta inteligente que elas acabam de fazer (como se, enquanto tal, ela não pudesse, por definição, vir de uma mulher (Bourdieu, 2012, p. 74)

Observamos que o diálogo não acontece de forma linear, o jornalista Demétrio faz inúmeras tentativas de sobrepor seu saber técnico e sua experiência profissional, o que podemos apontar, também, como uma violência simbólica que opera como autoridade intelectual e funciona como mecanismo de dominação masculina (Bourdieu, 2012).

Em relação ao sujeito que emerge nessa interação, sugere que o sentido dos enunciados do jornalista Demétrio “não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (Orlandi, 2005, p. 42). Vemos que o sujeito que emerge é aquele que, pela historicidade, mostra sua

posição ideológica: “Não, não. Eu também tenho lugar de fala”. Isto é, ocupa uma posição de poder em detrimento da posição ocupada pela característica muito presente no Brasil colonial e imperial em que o sistema do patriarcado operava mais sistematicamente (Del Priore, 2014; 2020). Além disso, Pêcheux (1995) explicita que o indivíduo é interpelado em sujeito pela noção de pré-construído, uma vez que a situação ocorrida entre os jornalistas aponta que a historicidade compõe os efeitos de sentido desse discurso.

Apresentamos a análise do discurso do vídeo 3, como um discurso adverso aos discursos apresentados nos vídeos 1 e 2. Enquanto o discurso do vídeo 1 apresenta o discurso da boa patroa e da relação da família, o discurso do vídeo 2 apresenta o discurso da trabalhadora doméstica com traços de resistência. Ambos reforçam a noção de grupos subalternizados.

Já no discurso do vídeo 3, a materialidade discursiva evidencia que o discurso da violência contra as mulheres ocorre entre sujeitos supostamente de uma classe dominante, haja vista que a situação é transmitida por um canal televisivo famoso por sua grande audiência. Consideramos, o discurso da violência contra as mulheres de grupos privilegiados, pois entendemos que a jornalista, uma mulher branca, ocupa espaços muitas vezes não ocupados por mulheres negras. Além disso, a jornalista Sandra Coutinho, por exercer o cargo de jornalista e comentarista, pressupõe uma formação acadêmica, que significa também ocupar instâncias de poder.

Diante disso, compreendemos e reforçamos que o discurso da violência contra as mulheres de grupos subalternizados e privilegiados é determinado por uma violência que o sujeito que emerge das interações não é o mesmo sujeito em cada um dos grupos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, partimos do problema de pesquisa a partir da seguinte questão: como os processos enunciativos nas representações de trabalho de mulheres de grupos subalternizados e grupos privilegiados nas mídias sociais, particularmente o Instagram, constroem ou diferenciam o discurso da violência contra as mulheres, considerando as diferenças de classe, raça e posição social entre esses grupos?

Nesse sentido, percorremos um caminho de investigação para compreender a noção de sujeito e historicidade. A partir da compreensão de que a historicidade se manifesta na história, vislumbramos que as condições sócio-históricas de produção contribuem para os efeitos de sentido e que o sujeito, ao enunciar, ele produz significados em situações diversas, ora influenciado pela língua, ora pelo mundo, por sua experiência de vida e por fatos que requerem interpretação.

Dada a temática, o discurso da violência contra as mulheres, discorremos sobre a trajetória das mulheres na Europa dos séculos XVI e XVII, no Brasil colonial, imperial e nos dias atuais, abordando os assuntos sobre as ondas do movimento feminista e da empregada doméstica no contexto brasileiro.

Considerando, ainda, nosso problema de pesquisa, tratamos da noção de grupos subalternizados e grupos privilegiados, bem como discorremos sobre o discurso da violência acerca dos conceitos de atos e estado de violência e violência simbólica.

Nosso objetivo geral foi analisar o processo de constituição do discurso da violência contra as mulheres nas representações de mundo do trabalho em enunciados produzidos em mídias sociais, especificamente de postagens do Instagram, tendo em vista o sujeito que emerge na enunciação do discurso da violência contra as mulheres e a historicidade que compõe os efeitos de sentido desse discurso, o que pressupomos que o objetivo foi alcançado.

Destacamos que os resultados das análises apontam que o sujeito que emerge do discurso da violência contra as mulheres em representações de trabalho de grupos subalternizados e grupos privilegiados se divergem.

Na nossa análise, percebemos que o sujeito que emerge da interação da patroa e da babá, o sujeito que emerge, é aquele que consente a relação dada entre ela, a babá, e a patroa, isto é, uma relação que a própria babá tivesse escolhido. Um sujeito historicamente construído dos processos de dominação.

Já na análise da mulher faxineira, compreendemos que o sujeito, patrão, que emerge do discurso da mulher faxineira, é aquele que percorre o imaginário das relações de poder e que

determinam os rumos da sociedade, tal como vimos que a patroa é que determina o alimento da trabalhadora doméstica. Assim, isso sugere também que esse sujeito é aquele historicamente construído advindo dos processos de dominação.

Na última análise, apresentamos um discurso diferente das análises anteriores considerando o discurso da violência contra as mulheres que se concebe nos contornos de grupos privilegiados, entre os jornalistas Sandra e Demétrio no jornal Globo News. O sujeito que emerge dessa interação é aquele que colabora para a manutenção do sistema de patriarcado, impondo suas posições ideológicas em detrimento da experiência feminina da jornalista Sandra.

Avaliamos que a análise empreendida neste trabalho permitiu perceber que os processos enunciativos se diferenciam quando se trata do discurso da violência contra as mulheres de grupos subalternizados e grupos privilegiados em postagens do Instagram, considerando as diferenças de classe, raça e posição social entre esses grupos. Avaliamos, também, que em relação aos estudos da AD esta pesquisa além de problematizar o discurso da violência contra as mulheres, mobilizou processos históricos e ideológicos que atravessam os discursos analisados.

Entre as possíveis potencialidades deste trabalho, podemos realçar, pela análise discursiva empreendida, que entre mulheres que ocupam diferentes posições sociais há um discurso da violência diverso. Como limitação, reconhecemos que o *corpus* não contempla múltiplas representatividades de trabalho, ensejando que podemos em pesquisas futuras ampliar para a constituição de *corpora* que abranja outros grupos de trabalho ocupados por mulheres.

Sabemos que essa discussão não é estanque, que o estudo dos efeitos de sentido nos permite vislumbrar outros caminhos para novas pesquisas que aprofundem a relação do discurso da violência contra as mulheres, grupos sociais e a diferença entre eles.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Rosane Vicentina Goulart. Da leitura semântica à leitura crítica. **Cadernos de Estudos Acadêmicos do Curso Normal Superior**. Divinópolis-MG: FUNEDI/UEMG Publicações, 2005. p. 48-57.
- BELTRÃO, Rosane Vicentina Goulart. **A Análise do Discurso e o ensino de Língua Portuguesa**. Divinópolis: FUNEDI/ISED, 2009. mimeo. p. 1-31.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico**. 2012. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14239>. Acesso em: 28 fev. de 2024.
- CARVALHO, Fabiana Castro. **O mito da Amélia sob a ótica da análise crítica do discurso**. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos/O%20mito%20da%20am%C3%A9lia%20sob%20a%20%C3%B3tica%20da%20an%C3%A1lise%20cr%C3%ADtica%20do%20discurso%20-%20FABIANA.pdf. Acesso em: 10 out. 2010.
- CORADO, Patrícia Ribeiro. **Marcas ideológicas do sujeito da enunciação na seleção e combinação lexicais das manchetes jornalísticas**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno13-15.html>. Acesso em: 21 out. 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCar, 2009.
- DEL PRIORE, Mary. **História e conversas de mulher**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil de 1500 a 2000** [livro eletrônico]. São Paulo: Planeta, 2020.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2023. p. 117-242.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávio Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: caderno 25** [livro eletrônico]. Tradução: Massimo Sciarretta; Ricardo Salles. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.
- HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

LANZA, Romyna Valladares; CESTARI, Mariana Jafet. Do cordel ao folhetim: circulação de sentidos no caso Ângela Diniz. **Travessias**, Cascavel, v. 20, n. 1, p. e36308, 2026. DOI: 10.48075/rt.v20i1.36308. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/36308>. Acesso em: 15 jan. 2026.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens [livro eletrônico]. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINHARES, Jennifer da Silva. A influência midiática no Caso Eloá Cristina Pimentel. *In*: **Law experiences for innovation**: direito, inovação e tecnologia [recurso eletrônico] / Júlia Escandiel Colussi, Laura de Castro Silva e Tássia Aparecida Gervasoni (orgs.). Cachoeirinha: Fi, 2023. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Law-experiences-for-innovation.pdf#page=70. Acesso em: 15 de jan. 2026.

LISPECTOR, Clarice. A língua do “P”. *In*: LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2020. p. 52-54.

LOURO, Guacira Lopes. *et al.* (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade [recurso eletrônico]. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Argos).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista [recurso eletrônico]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, [2015]. 189 p. (Lingua[gem]; 64).

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução: Freda Indursky. Revisão dos originais da tradução: Solange Maria Ledda Gallo; Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Organização: Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Sousa e Silva (org.). **Cenas de enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARI, Hugo. **Categorias e práticas de análise do discurso**. Belo Horizonte, NAD/FALE-UFMG, 2000.

MATO GROSSO (Estado). Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. **Cartilha Viver sem violência: um direito de toda mulher**. Poder Judiciário, Mato Grosso, [2025?]. Disponível em: https://intranet-mc.tjmt.jus.br/portaldaintranet-arquivos-prod/cms/Cartilha_CEMULHER_Viver_sem_Violencia_9457fd5db2_2fa6ddebf8.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012. DOI: 10.22456/2238-8915.29365. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- PÊCHEUX, Michel. 3ª parte: Discurso e ideologia(s). In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. p. 142-185.
- PEIXOTO, Marta. **Ficções apaixonadas: gênero, narrativa e violência em Clarice Lispector**. Tradução Maria Luiza Xavier de Almeida Borges. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.
- PENA, Luana Nayara; CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **Feminilidades em discurso: sujeitos e sentidos encenados**. São Paulo: Parábola, 2024.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.
- PROJETO QUERINO: episódio 7: Salve-se quem puder. [Locução de]: Tiago Rogero. [S./l.]: Rádio Novelo, 2022. Podcast. Disponível em: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/salve-se-quem-puder/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- SILVA, Luciana Soares da. **A mulher na política: representação, gênero e violência no discurso jornalístico**. 2013. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14256>. Acesso em: 15 jan. de 2026.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitos; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate**. 2007. Dissertação (Mestrado). 212 f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.